

Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas

de acordo com as Normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS)
emitidas pelo "International Accounting Standard Board IASB"

1S24





Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao primeiro semestre de 2024. Seguimos todas as práticas do International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Comentário Econômico

A atividade econômica continua crescendo em ritmo acelerado. O mercado de trabalho aquecido sustenta ganhos reais de renda e a ampliação do consumo das famílias. O aumento dos investimentos também contribui com a expansão do PIB. Nossas projeções indicam que a economia brasileira deverá crescer acima de 2,0% neste ano.

O quadro de inflação também segue favorável, mas a recente desvalorização do real frente ao dólar implicará em uma convergência mais lenta daqui em diante. Nesse cenário, o Copom interrompeu o ciclo de cortes da taxa Selic e prevemos que os juros básicos da economia permanecerão neste patamar até o final de 2025.

O corte de juros teve início nos países emergentes e agora alguns desenvolvidos começaram a seguir pelo mesmo caminho. No entanto, a velocidade e tamanho dos ciclos poderá divergir entre eles. Nos EUA, a desaceleração do mercado de trabalho e da inflação sugere início dos cortes de juros neste ano. Na China, o menor ritmo de crescimento continuará contribuindo com a desinflação global.

Destaques do Período

Diversos foram os destaques do segundo trimestre de 2024. Dentre eles, destacamos:

- Em 07 de junho de 2024, o Bradesco publicou os Relatórios Integrado e ESG referentes a 2023, arquivando-os também na CVM. Em conjunto, os documentos compartilham aspectos relevantes sobre o Bradesco, incluindo informações sobre governança, estratégia, modelo de gestão de riscos e oportunidades, além dos principais resultados financeiros alcançados no exercício e do desempenho em indicadores ambientais, sociais e climáticos.
- Em maio de 2024, a Atlântica Hospitais e Participações S.A., companhia controlada indiretamente pelo Bradesco, celebrou um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. para criação e atuação conjunta em uma nova rede hospitalar, que atualmente, estão em fase avançada de construção pela Rede D'Or, bem como para análise do potencial desenvolvimento conjunto de futuros novos hospitais em outras praças.

Além disso, continuamos com a execução do plano estratégico planejado, acelerando a transformação do Bradesco. Montamos o escritório de transformação, com pessoas 100% dedicadas às frentes de trabalho e persistimos na agenda de pessoas e estrutura organizacional, reforçando o time, aumentando a sinergia das áreas e fortalecendo unidades de negócios como tecnologia e crédito.



informações selecionadas 1S24

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R\$ 8,4 bi ▼ -12,1% a/a

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 0,74 ON

R\$ 0,81 PN

ROAE

10,0%

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO

R\$ 15,57

VALOR DE MERCADO

R\$ 125,7 bi

ÍNDICE NÍVEL I

12,6%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ 164,6 bi ▼ -1,1% a/a

JCP **R\$ 5,3 bi** (bruto) | *Payout* **62,8%** (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

(Jun24 vs. Jun23)

R\$ 912,1 bi (+5,0%)

PESSOA FÍSICA: **R\$ 381,8 bi** (+5,7%)

GRANDES EMPRESAS: **R\$ 346,2 bi** (+1,7%)

MICRO, PEQ. E MÉDIAS EMPRESAS: **R\$ 184,1 bi**
(+10,2%)

DEPÓSITOS TOTAIS

(Jun24 vs. Jun23)

R\$ 617,5 bi (+4,2%)

A Prazo: **R\$ 442,3 bi** (+5,8%)

Poupança: **R\$ 131,4 bi** (+2,4%)

À Vista: **R\$ 43,8 bi** (-4,7%)

PROVISÃO PARA CRÉDITO

(Jun24 vs. Jun23)

R\$ 48,9 bi (-17,9%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(Jun24 vs. Jun23)

R\$ 754,3 bi (+3,6%)

VJORA: **R\$ 231,2 bi** (+14,1%)

VJR: **R\$ 351,3 bi** (+3,4%)

Custo Amortizado: **R\$ 171,9 bi** (-7,5%)

atuação internacional

Na qualidade de banco comercial privado, oferecemos uma extensa linha de serviços internacionais, contemplando o financiamento ao comércio exterior, capital de giro em moedas estrangeiras, operações de câmbio e fianças internacionais para pessoas físicas e jurídicas, através de nossas plataformas de Corporate e Global Private banking. O atendimento às empresas multinacionais se materializa tanto com o apoio à multinacionais estrangeiras com atuação no Brasil ou brasileiras com atuação no exterior, quanto na atuação como principal elo de comunicação entre prospectivos clientes Multinacionais e o Bradesco Brasil.



Agências

Nova York

Banco Bradesco S.A.

Grand Cayman

Banco Bradesco S.A.

Escritório de Representação

Hong Kong

Banco Bradesco S.A.

Guatemala

Representaciones Administrativas Internacionales

Subsidiárias

Luxemburgo

Banco Bradesco Europa S.A.

Nova York

Bradesco Securities, Inc.

Hong Kong

Bradesco Securities Hong Kong Limited

Bradesco Trade Services Limited

Londres

Bradesco Securities UK Limited

Grand Cayman

Cidade Capital Markets Ltd.

México

Bradescard México Sociedad de Responsabilidad Limitada

Miami

Bradesco Bank

Bradesco Investments Inc.

Bradesco Global Advisors Inc.

My Account

Conta internacional digital

Abertura de mais de **190 mil** contas em menos de um ano

Realize saques e compras em **195 países** e em **180 moedas diferentes**

A **My Account** é uma conta internacional e digital própria, que pode ser aberta pelo App do Bradesco. Além do cartão tradicional, é possível ter um cartão virtual para compras em *sites* e *Apps*, com CVV dinâmico, que traz mais comodidade e segurança.



Jornada 100% digital via App



Cartão personalizado



Alerta de cotação personalizável e cotação baseada em dólar comercial



Transferência entre conta Bradesco e My Account a qualquer hora/dia



bradesco bank



Plataforma internacional do Bradesco nos EUA, com solução completa de produtos, e investimentos para clientes nos Segmentos Private e Afluente, além de soluções para clientes do segmento Corporate.



Receita operacional líquida

△ 6% a/a



Ativos sob Custódia (AUC)

△ 11% a/a



Carteira de crédito

△ 20% a/a



Lucro Líquido

△ 35% a/a



Captações através de depósitos

△ 20% a/a



Para você

Soluções Pessoas Físicas

Bancárias

Conta corrente completa para realização de **pagamentos, transferências, online banking e cartão de débito internacional** para compras e saques.



Cartão de Crédito

Cartão bandeira Visa aceito em **195 países** com benefícios exclusivos, incluindo programa de **fidelidade Nivelô** e **conectividade com carteiras digitais**.



Financiamento Imobiliário

Suporte para **aquisição de imóvel** para **residentes e não residentes nos EUA**, com equipe com amplo entendimento do mercado e do processo.



Investimentos



Cliente Private:

Investimentos **adaptadas ao perfil** de risco de cada cliente:

- Renda fixa;
- ETFs;
- Fundos de Investimento; e
- Operações Estruturadas;

Cliente Afluente:

- CDB com taxas pré-fixadas em dólar com garantia da FDIC; e
- Plataforma digital de investimentos em carteiras gerenciadas para os mais diversos perfis de investidores.



Para seu negócio

Soluções Pessoas Jurídicas

Gestão de Caixa

Conta corrente, Money Market e Depósitos remunerados.

Pagamentos

Corresponding banking e transferências internacionais.

Serviços Documentários

Cobrança de exportações e Carta de Crédito Comercial.

Crédito Empresarial

Financiamento de Importação, exportação e capital de giro.



Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o Setor Público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com Gerentes de Negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais, estaduais e municipais, além de Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e de Economia Mista e as Forças Armadas e Auxiliares. Mensalmente, mais de 11,7 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no País.

Dispomos de 9 Estruturas Especializadas no atendimento aos Governos, Capitais, Tribunais, Assembleias, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, de 30 Estruturas de Varejo que atendem as demais Prefeituras e Órgãos. Saiba mais em bradescopoderpublico.com.br.

Tecnologia e Inovação

Com o avanço da Inteligência Artificial e suas possibilidades, seguimos transformando nosso banco a partir de uma realidade cada vez mais digital, buscando eficiência operacional, inovação e personalização para encantar nossos clientes. Nesse sentido, estamos investindo em automações, na contratação de 3 mil profissionais de TI e no conceito *phygital*, unindo com sinergia, atendimento físico e digital.

Pioneiro no trabalho com IA, as novidades do período englobam o uso de IA Generativa associada à nossa BIA, seja na BIA Agências, aplicação interna que apoia os gerentes nas dúvidas do dia a dia sobre normas e procedimentos, aumentando agilidade e eficácia do atendimento ao cliente. Em caráter experimental, na BIA Clientes que está interagindo no Mobile PF com um grupo seletivo de clientes, fornece informações sobre produtos, índices financeiros, saldo e ofertas personalizadas. E na BIATech que utiliza essa tecnologia disruptiva para auxiliar nossos desenvolvedores de software a apurar a precisão dos códigos, otimizar a produtividade e o tempo de entrega de projetos.

Já a BIA tradicional ganhou novas jornadas enquanto “*conciierge*” do cliente, consultando status e resultado de manifestações abertas nos nossos canais, ou efetuando a derivação para o atendimento humano no chat. No WhatsApp, já auxilia o cliente em Capitalização, da aquisição ao resgate, e em consultas diversas.

Em Segurança da Informação, além de participar na análise de processos e vulnerabilidades, a BIA alerta clientes em caso de suspeita nas transações e compras pagas com PIX QR Code, permitindo o bloqueio rápido de operações não reconhecidas. Nesse sentido, a nova solução antifraude também atua analisando instantaneamente cada PIX, reduzindo em 50% as transações retidas para aprovação, sem comprometer a proteção eficaz. Ainda sobre esse sistema de pagamento, houve avanços nas APIs relacionadas para aprimorar a experiência do cliente, e evoluções nas funcionalidades digitais do Open Finance e Gerenciador Financeiro.

O App Bradesco está de cara nova. Entre as novidades, uma interface mais intuitiva, visão simplificada de saldo e extrato, oferta de PGBL, benefícios, parcerias e serviços não bancários exclusivos ao momento do cliente, além de jornadas muito mais simples, como a de atualização cadastral, por exemplo. A conta internacional My Account, disponível no App, agora emite alerta sempre que a Cotação da Remessa atingir o preço alvo estipulado pelo cliente, garantindo-lhe a oportunidade esperada para viajar ao exterior. O titular pode também solicitar cartões adicionais e acessar benefícios de parceiros relacionados à viagem. No App é possível tornar recorrente a aplicação em fundos e quem deseja começar a investir, ganhou o Mapa de Investimentos, um guia completo com informações sobre o cenário econômico nacional e global, exemplos de carteira e produtos.

O segmento PJ recebeu inovações significativas. A abertura de contas pode ser realizada online. O microempreendedor ganha o MEI Digital, uma plataforma com especialistas certificados a apoiá-lo com atendimento personalizado.

Foi disponibilizada a nova Plataforma Bradesco Expresso, um HUB unificado de atendimento ágil para estabelecimentos comerciais e seus clientes. O portal permite que os 5.700 Correspondentes Bancários viabilizem ao público serviços financeiros de forma inteligente e personalizada. De acordo com o perfil de cada cliente, são oferecidos produtos e serviços tradicionais, simulações de crédito e contratação de empréstimos.



Recursos Humanos

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 84.711 funcionários, sendo 73.182 do Banco Bradesco e 11.529 de Empresas Ligadas e exterior.

Para mais informações sobre Recursos Humanos, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no site bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade faz parte dos nossos direcionadores estratégicos, expresso também na nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que a governança, a gestão e o engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são fundamentais para o nosso crescimento e perenidade, gerando valor de longo prazo para todos os nossos stakeholders. Assim, nossa Estratégia de Sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pautada na gestão e na transparência ASG.

Como parte dessa agenda estratégica, destacamos que, ao final do primeiro semestre, alcançamos 100% do nosso compromisso de direcionar R\$ 250 bilhões para operações com benefícios socioambientais. Essa meta, assumida em 2021, para ser alcançada até 2025, foi atingida antes do prazo previsto. Continuamos engajados em direcionar cada vez mais recursos para impulsionar negócios sustentáveis, em linha com a nossa estratégia de atuação, que inclui caminhar lado a lado com nossos clientes, orientando-os e engajando-os em relação a riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas.

Nossa atuação tem sido reconhecida nos principais índices e ratings de sustentabilidade, nacionais e internacionais, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, a bolsa de valores brasileira. Este desempenho, superior à média do setor financeiro, nos coloca entre as empresas com as melhores práticas relacionadas à agenda climática. Esses índices refletem nossa gestão e performance em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo nos negócios.

Reforçando nosso compromisso contínuo com a transparência e sustentabilidade, divulgamos no início de junho as edições de 2023 do Relatório Integrado e do Relatório ESG. Em conjunto, esses documentos compartilham informações relevantes sobre nossa governança, estratégia, modelo de gestão de riscos e oportunidades, os principais resultados financeiros alcançados no exercício, além do desempenho em indicadores ambientais, sociais e climáticos.

Para acompanhar nossas iniciativas e desempenho, acesse nossos sites bradescori.com.br e bradescosustentabilidade.com.br.

Governança Corporativa

O Banco Bradesco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, envidamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja



responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado por uma Secretaria de Governança, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Conselho de Administração possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente. No segundo trimestre de 2024 foram realizadas 8 (oito) reuniões, sendo 3 (três) ordinárias e 5 (cinco) extraordinárias.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de 1 (um) ano. É composto por 5 (cinco) membros efetivos, sendo 2 (dois) eleitos por acionistas minoritários, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no site de Relações com Investidores (banco.bradesco/ri – Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete ao Departamento de Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, Normas e Códigos de Conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada na aderência aos elementos mandatórios do *International Professional Practices Framework (IPPF) do The Institute of Internal Auditors (IIA)*, incluindo os Princípios Fundamentais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, o Código de Ética do IIA, o Código de Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e as diretrizes internas definidas pelo Departamento de Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No primeiro semestre de 2024, as Ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4) representavam 3,1% do Ibovespa. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.



A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

Controle Integrado de Riscos

O controle corporativo dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do framework de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização Bradesco, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são Solvência e Rentabilidade, Liquidez, Crédito, Mercado, Operacional, Compliance, Segurança Cibernética, Estratégia, Social, Ambiental, Climático, Modelo, Contágio, Reputação e Subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a Área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao Chief Risk Officer (CRO), atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de aculturação e disseminando as boas práticas em modelagem. Em paralelo, acompanha a mitigação de limitações e de fragilidades dos modelos, e realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, Comissão de Controle e Avaliação de Modelos e Comitês de Riscos.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os Programas de Compliance, Integridade e Concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores e prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o Risco de Compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de



controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui Política de Contratação de Auditoria Independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes não relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência, no fechamento do ano em exercício.

Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do país. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R\$ 1,4 bilhão

Previsão de Investimento a ser realizado em 2024

R\$ 1,046 bilhão destinados ao custeio das Despesas de Atividades.

R\$ 321,8 milhões para investimentos em Infraestrutura e Tecnologia Educacional.

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos foram beneficiados prioritariamente na Educação Básica – Educação Infantil ao Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Cerca de 2 milhões de usuários concluíram, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

BRADESCO ESPORTES

Incentivamos o esporte como atividade de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens através do Programa Bradesco Esportes e Educação. Há mais de 30 anos, oferecemos ensino de vôlei e basquete femininos em nosso Núcleo de Formação para meninas de 8 a 18 anos de idade, orientando sobre cidadania, saúde e desenvolvimento de possíveis talentos. O objetivo do Núcleo é garantir direito de acesso ao esporte, por meio de atividades cotidianas, orientadas por professores de educação física, treinadores e preparadores técnicos e pela participação em eventos esportivos internos e externos. Fazemos isso nas escolas da Fundação Bradesco, Centros Esportivos municipais, Centros Educacionais Unificados (CEUs), escolas estaduais e particulares e no nosso Centro de Desenvolvimento Esportivo, todos localizados no município de Osasco/SP, com cerca de 2 mil meninas atendidas.



Além disso, o programa possibilita o empoderamento e o protagonismo das nossas atletas na comunidade, promovendo novas oportunidades para que todas desenvolvam seus diferentes potenciais.

Reconhecimentos

- O Bradesco BBI foi eleito o melhor banco, a nível global, na categoria de Títulos de Transição/Vinculados a Metas de Sustentabilidade do Sustainable Finance Awards 2024, promovido pela Global Finance.
- O Bradesco BBI foi destaque no World's Best Investment Banks 2024. Está é a 9ª vez que o Banco de Investimentos recebe a premiação, promovida pela revista Global Finance. Ao todo, o BBI conquistou quatro categorias: Melhor Banco de Investimento do Brasil, Melhor Banco de Investimento do Mundo nos setores Industrial e Químicos, Melhor Banco de Investimento do Mundo no setor de Energia e Melhor Banco de Investimento de Infraestrutura da América Latina.
- Fomos escolhidos pela segunda vez consecutiva como o Melhor Banco Subcustodiante do Brasil no 22º prêmio da revista Global Finance, publicação especializada em finanças internacionais.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio e a confiança que nossos acionistas e clientes depositam em nossa Organização, bem como estendemos aos nosso time e demais colaboradores, que tornam possível os números apresentados. Para o segundo semestre, seguimos com o compromisso de trazer o melhor para as pessoas, oferecendo soluções práticas e produtos funcionais, com qualidade e segurança, e conquistando bons resultados financeiros.

Cidade de Deus, 01 de agosto de 2024

Conselho de Administração e Diretoria

Balanco Patrimonial Consolidado.....	13
Demonstração Consolidada do Resultado	14
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente.....	15
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	17-18
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.....	19-126
Relatório dos Auditores Independentes	128-134
Relatório do Comitê de Auditoria.....	135
Parecer do Conselho Fiscal	136
Índice das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas	
1) INFORMAÇÕES GERAIS.....	19
2) PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS.....	19
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	23
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS.....	24
5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	25
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	25
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	26
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	33
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO.....	34
10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	35
11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES.....	36
12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA.....	46
13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E <i>JOINT VENTURE</i>	47
14) IMOBILIZADO DE USO.....	49
15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO.....	51
16) OUTROS ATIVOS.....	52
17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	52
18) RECURSOS DE CLIENTES.....	53
19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS.....	53
20) DÍVIDAS SUBORDINADAS	54
21) CONTRATOS DE SEGUROS	56
22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	63
23) OUTROS PASSIVOS.....	67
24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL.....	68
25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69
26) LUCRO POR AÇÃO.....	71
27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS	72
28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES.....	72
29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	73
30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	73
31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	73
32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA.....	73
33) DESPESAS DE PESSOAL	74
34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	74
35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	74
36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	75
37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	75
38) SEGMENTOS OPERACIONAIS	79
39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	82
40) GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	84
41) PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	124
42) OUTRAS INFORMAÇÕES	125

	R\$ mil		
	Nota	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	5	148.386.704	151.053.972
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6a	371.526.664	387.598.377
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	231.160.613	212.849.606
Ativos financeiros ao custo amortizado			
- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	10	213.335.426	205.102.659
- Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	11	614.393.459	579.501.819
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	9	171.856.975	175.207.077
- Outros ativos financeiros	16	82.024.943	56.958.860
Ativos não correntes mantidos para venda	12	3.468.665	1.328.530
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	10.465.407	9.616.840
Imobilizado de uso	14	11.125.665	11.118.009
Ativos intangíveis e ágio	15	22.613.202	22.107.146
Impostos a compensar		11.970.509	12.964.018
Impostos diferidos	37	97.925.325	92.518.924
Outros ativos	16	13.596.833	9.597.412
Total do ativo		2.003.850.390	1.927.523.249
Passivo			
Passivos ao custo amortizado			
- Recursos de instituições financeiras	17	355.405.767	323.422.783
- Recursos de clientes	18	616.154.445	621.934.680
- Recursos de emissão de títulos	19	254.255.944	244.966.258
- Dívidas subordinadas	20	51.251.292	50.337.854
- Outros passivos financeiros	23	100.160.880	82.619.532
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6c	21.122.339	15.542.220
Provisão para perda esperada			
- Compromissos de empréstimos	11	2.352.783	2.274.316
- Garantias financeiras	11	1.278.717	1.202.614
Passivos de contratos de seguros	21	361.202.412	344.792.222
Outras provisões		20.817.333	22.337.844
Impostos correntes		1.798.327	1.546.656
Impostos diferidos	37c	836.438	1.607.527
Outros passivos	23	52.062.507	47.924.619
Total do passivo		1.838.699.184	1.760.509.125
Patrimônio líquido	25		
Capital social		87.100.000	87.100.000
Ações em tesouraria		(442.735)	-
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		80.331.823	76.730.043
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		(1.052.560)	3.159.773
Lucros/(prejuízos) acumulados		(1.410.560)	(765.320)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		164.632.437	166.330.965
Participação de acionistas não controladores		518.769	683.159
Total do patrimônio líquido		165.151.206	167.014.124
Total do passivo e patrimônio líquido		2.003.850.390	1.927.523.249

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

	R\$ mil				
	Nota	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
		2024	2023	2024	2023
Receita de juros e similares		51.644.584	52.746.710	105.572.767	110.567.937
Despesa de juros e similares		(34.558.506)	(39.715.011)	(70.436.217)	(79.165.570)
Resultado líquido de juros	27	17.086.078	13.031.699	35.136.550	31.402.367
Resultado líquido de serviços e comissões	28	6.814.004	6.716.937	13.201.571	13.362.986
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	(1.034.700)	3.415.659	(2.107.846)	2.983.004
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(154.703)	551.453	(242.619)	968.180
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira		1.041.517	137.706	1.040.540	(233.428)
Resultado de seguros e previdência	32	1.940.531	663.500	3.687.338	1.424.801
- Receita de seguros e previdência		13.969.081	12.516.393	27.812.288	24.661.515
- Despesa de seguros e previdência		(12.028.550)	(11.852.893)	(24.124.950)	(23.236.714)
Receitas operacionais		1.792.645	4.768.318	2.377.413	5.142.557
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	11	(7.817.866)	(7.416.865)	(14.635.505)	(14.302.488)
Perda esperada com demais ativos financeiros	8 e 9	539.875	(308.956)	248.462	(495.122)
Despesas de pessoal	33	(5.359.691)	(5.090.382)	(10.634.577)	(10.232.126)
Outras despesas administrativas	34	(3.984.429)	(4.082.293)	(7.897.707)	(7.834.196)
Depreciação e amortização	35	(1.548.852)	(1.503.922)	(3.068.109)	(3.073.326)
Outras receitas/(despesas) operacionais	36	(4.260.795)	(3.727.366)	(7.630.820)	(5.703.894)
Despesas operacionais		(22.431.758)	(22.129.784)	(43.618.256)	(41.641.152)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		3.260.969	2.387.170	7.097.278	8.266.758
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	467.841	663.771	931.996	1.059.771
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.728.810	3.050.941	8.029.274	9.326.529
Imposto de renda e contribuição social	37	456.597	1.020.324	358.901	218.546
Lucro líquido do período		4.185.407	4.071.265	8.388.175	9.545.075
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		4.116.153	4.016.423	8.237.096	9.416.215
Não controladores		69.254	54.842	151.079	128.860
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):					
- Lucro por ação ordinária	26	0,37	0,36	0,74	0,84
- Lucro por ação preferencial	26	0,41	0,40	0,81	0,93

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

	Nota	R\$ mil			
		2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do período		4.185.407	4.071.265	8.388.175	9.545.075
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada					
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
- Ganhos/(perdas) não realizados		(7.522.229)	3.596.479	(9.231.794)	6.583.569
- Ganhos/(perdas) transferidos para o resultado	30	(154.703)	551.453	(242.619)	968.180
- Efeito dos impostos		3.140.259	(1.779.985)	3.996.332	(3.094.754)
Ganhos/(perdas) não realizados com <i>hedge</i>	7				
- <i>Hedge</i> de fluxo de caixa		360.405	(15.253)	445.354	182.630
- <i>Hedge</i> de investimento no exterior		(332.340)	86.484	(521.513)	33.950
- Efeito dos impostos		(5.534)	(38.111)	44.757	(106.091)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior					
Varição cambial de conversão de subsidiária no exterior		166.545	(40.135)	264.872	(8.693)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada					
Ganhos/(perdas) em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.479.223	850.134	55.179	(1.139.723)
Efeito dos impostos		(518.238)	(310.484)	(19.249)	402.805
Outros		897.056	(27.386)	1.040.803	(259.144)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido		(2.489.556)	2.873.196	(4.167.878)	3.562.729
Resultado abrangente do período		1.695.851	6.944.461	4.220.297	13.107.804
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		1.626.597	6.889.619	4.069.218	12.978.944
Não controladores		69.254	54.842	151.079	128.860

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Mutação do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	A�es em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participa�o dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.100.000	(224.377)	35.973	12.584.615	60.558.807	70.496	(718.287)	127.704	159.534.931	475.906	160.010.837
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	9.416.215	9.416.215	128.860	9.545.075
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	3.830.566	-	3.830.566	-	3.830.566
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(8.693)	-	(8.693)	-	(8.693)
Outros	-	-	-	-	-	-	(259.144)	(287.109)	(546.253)	-	(546.253)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	3.562.729	9.129.106	12.691.835	128.860	12.820.695
Aumento de participa�o de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	826	826
Constitui�o de reservas	-	-	-	439.877	2.584.984	-	-	(3.024.861)	-	-	-
Cancelamento de a�es em tesouraria	-	224.377	-	-	(224.377)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(5.772.676)	(5.772.676)	-	(5.772.676)
Saldo em 30 de junho de 2023	87.100.000	-	35.973	13.024.492	62.919.414	70.496	2.844.442	459.273	166.454.090	605.592	167.059.682
Saldo em 31 de dezembro de 2023	87.100.000	-	35.973	13.340.705	63.389.338	70.496	3.159.773	(765.320)	166.330.965	683.159	167.014.124
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	8.237.096	8.237.096	151.079	8.388.175
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(5.518.008)	-	(5.518.008)	-	(5.518.008)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	264.872	-	264.872	-	264.872
Outros	-	-	-	-	-	-	1.040.803	44.455	1.085.258	-	1.085.258
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	(4.212.333)	8.281.551	4.069.218	151.079	4.220.297
Aumento/redu�o de participa�o de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.002)	(4.002)
Constitui�o de reservas	-	-	-	446.340	3.155.440	-	-	(3.601.780)	-	-	-
Aquisi�es de a�es em tesouraria	-	(442.735)	-	-	-	-	-	-	(442.735)	-	(442.735)
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(5.325.011)	(5.325.011)	(311.467)	(5.636.478)
Saldo em 30 de junho de 2024	87.100.000	(442.735)	35.973	13.787.045	66.544.778	70.496	(1.052.560)	(1.410.560)	164.632.437	518.769	165.151.206

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	8.029.274	9.326.529
Ajustes para reconciliar o resultado antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:		
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	14.635.505	14.302.488
Mudança nos passivos de contratos de seguros que não afetam caixa	25.159.709	19.315.299
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	242.619	(968.180)
Despesas com provisões e passivos contingentes	2.687.293	1.927.681
(Ganhos)/Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	(248.462)	495.122
Depreciação	1.302.463	1.345.042
Amortização de ativos intangíveis	1.985.727	1.964.132
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	(931.996)	(1.059.771)
(Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(13.437)	(51.407)
(Ganhos)/Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	(31.581)	(33.970)
(Ganhos)/Perdas na venda de investimentos em coligadas	14.010	8.023
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	103.190	(111.450)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	(109.302.869)	(152.439.529)
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.096.852	(7.203.562)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	19.343.870	(16.388.725)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(98.676.407)	(38.142.058)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.917.733	(61.829.789)
Outros ativos	(43.984.917)	(28.875.395)
Aumento/(Redução) nas Variações em Passivos	97.182.905	103.217.681
Recursos de instituições financeiras	49.847.304	41.949.513
Recursos de clientes	15.947.779	26.015.867
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.580.119	10.813.890
Passivos de contratos de seguros	(8.749.519)	(725.230)
Outras provisões	(4.207.804)	(3.668.806)
Outros passivos	38.765.026	28.832.447
Caixa gerado pelas operações	40.814.350	(2.762.310)
Juros recebidos	48.696.361	52.476.993
Juros pagos	(39.592.334)	(44.214.262)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.665.886)	(4.240.082)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	46.252.491	1.260.339
Atividades de investimento		
(Aquisição) de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	(211.140)	(84.767)
(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(49.522.149)	(18.603.558)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29.501.342	76.782.044
Vencimento de ativos financeiros ao custo amortizado	39.066.018	12.316.237
(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	(34.070.918)	(26.176.604)
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	295.640	247.568
(Aquisição) de investimentos em coligadas	-	(14.333)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	292.228	806.570
(Aquisição) de imobilizado de uso	(1.728.008)	(823.205)
Alienação de imobilizado de uso	333.174	751.878
(Aquisição) de ativos intangíveis	(2.491.653)	(2.712.568)
Juros recebidos	14.733.751	24.078.149
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	(3.801.715)	66.567.411
Atividades de financiamento		
Recursos de emissão de títulos	30.492.604	34.800.557
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(29.110.100)	(32.671.342)
Emissão de dívidas subordinadas	-	531.000
Pagamento de dívidas subordinadas	(297.328)	(2.560.471)
Pagamento de arrendamento	(730.758)	(842.365)

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	(315.469)	826
Juros pagos	(8.567.384)	(14.287.665)
Juros sobre o capital próprio/ Dividendos pagos	(5.370.194)	(6.179.307)
Aquisição de Ações em Tesouraria	(442.735)	-
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	(14.341.364)	(21.208.767)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	28.109.412	46.618.983
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	186.790.580	126.185.421
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(103.190)	111.450
No encerramento do período	214.796.802	172.915.854
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	28.109.412	46.618.983

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento, administração de consórcio e gestão de recursos. O segmento de seguros contempla os seguros de vida, planos de previdência complementar, saúde, acidentes e propriedades.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, corporate finance e serviços de banco de investimento, operações de hedge e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de agosto de 2024.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas da Organização foram preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. Estimativas e premissas são utilizadas nestas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas incluindo, mas não se limitando, à adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo dos passivos de contratos de seguros, Planos de Previdência Complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Itens que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as estimativas e premissas significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram preparadas em consonância com as políticas e os critérios adotados para as demonstrações financeiras consolidadas anuais do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2023 e devem ser analisadas em conjunto com tais demonstrações.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ao longo deste relatório, indicamos que certas informações estão disponíveis em diferentes *websites* operados pela Organização. Nenhuma das informações contidas nos *websites* referidos ou mencionados neste relatório faz parte ou está incorporada por referência nesse documento.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas incluem as Demonstrações Financeiras do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante em	
			Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ramo Financeiro – País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior						
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (1) (2)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (1)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (1)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (1)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (1)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cidade Capital Markets Ltd. (1)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (3)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (4)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização - País						
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (5)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	52,89%	52,89%	52,89%	52,89%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante em	
			Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ramo Segurador - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (1) (5)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (6)						
Bradesco FI RF Credito Privado Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Master II Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Priv Performance FICFI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Cred Privado Master Premium	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Cred. Priv. Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Private PB FIC FI RF Cred. Priv.PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Máster III Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	99,37%	99,38%	99,37%	99,38%
Bradesco FIC FI RF Athenas PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(2) Está sendo consolidada a entidade de propósito específico denominada *International Diversified Payment Rights Company*, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento recebidas do exterior;

(3) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(4) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;

(5) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias; e

(6) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2024

Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As alterações visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Adicionalmente, foram efetuadas alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações tiveram efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

Alterações ao IFRS 16 - Arrendamentos

As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Alterações IAS 21 – Falta de Conversibilidade Entre Moedas

As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Organização concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.

Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou

nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Organização está avaliando os impactos da nova norma.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas conforme o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

Julgamentos

Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Nota 13 - Consolidação: se o Grupo detém o controle de fato sobre a investida; e investidas contabilizadas por equivalência patrimonial: se o Grupo tem influência significativa sobre a investida.

Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos. Abaixo quadro com as estimativas contábeis e suas respectivas notas:

Estimativas contábeis	Nota
● Valor justo dos instrumentos financeiros	40.4 / 29 e 30 / 6 a 8
● Perda de Crédito Esperada	40.1 / 10 e 11
● Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	15
● Realização do crédito tributário	37
● Passivos de contratos de seguros	21
● Outras provisões	22

Para maiores detalhes relativos a julgamentos e estimativas contábeis, verificar notas 2 e 4 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Disponibilidades em moeda nacional	14.007.279	14.765.830
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.753.668	2.566.314
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) (a)	172.829.782	145.253.145
Aplicações voluntárias no Banco Central	23.206.073	24.205.291
Caixa e equivalentes de caixa	214.796.802	186.790.580
Depósitos compulsórios no Banco Central (2)	106.419.684	109.516.537
Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos (b)	321.216.486	296.307.117
Caixa e disponibilidade em Bancos (b) - (a)	148.386.704	151.053.972

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estão apresentados como “empréstimos para instituições financeiras” – Nota 10; e

(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativos financeiros		
Títulos públicos brasileiros	273.476.568	282.586.266
Títulos emitidos por instituições financeiras	30.322.192	43.844.816
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	36.400.447	36.257.756
Aplicações em cotas de fundos	10.021.846	9.323.075
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	517.447	54.167
Títulos públicos de governos estrangeiros	571.996	118.948
Instrumentos financeiros derivativos	20.216.168	15.413.349
Total	371.526.664	387.598.377

b) Vencimento

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Vencimento em até um ano	60.133.879	95.034.235
Vencimento de um até cinco anos	216.369.059	201.297.811
Vencimento de cinco até dez anos	62.385.070	58.350.432
Vencimento acima de dez anos	9.732.655	7.911.872
Prazo indeterminado	22.906.001	25.004.027
Total	371.526.664	387.598.377

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias classificados como “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, totalizaram em 30 de junho de 2024, R\$ 42.009.119 mil (2023 - R\$ 32.772.513 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Instrumentos financeiros derivativos	21.122.339	15.542.220
Total	21.122.339	15.542.220

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive swaps de taxas de juros, swaps de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pela Organização e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos swaps de moeda, de taxa de juros e swaps com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de swaps e futuros, sendo registradas na B3.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de swaps, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras Trading (proprietária) e Banking. As operações da Carteira Trading, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, hedge, market maker, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira Banking são compostas por operações comerciais e os seus respectivos hedges.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil									
	Em 30 de junho de 2024					Em 31 de dezembro de 2023				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo
Contratos futuros										
Compromissos de compra:	187.570.842	-	-	-	-	164.372.715		-	-	-
- Mercado interfinanceiro	145.718.123	-	-	-	-	132.161.908	-	-	-	-
- Moeda estrangeira	26.717.589	-	-	-	-	14.481.278	-	-	-	-
- Outros	15.135.130	-	-	-	-	17.729.529	10.106.786	-	-	-
Compromissos de venda:	251.506.038		-	-	-	220.715.317		-	-	-
- Mercado interfinanceiro (1)	169.164.133	23.446.010	-	-	-	163.879.990	31.718.082	-	-	-
- Moeda estrangeira (2)	54.398.053	27.680.464	-	-	-	49.212.584	34.731.306	-	-	-
- Outros	27.943.852	12.808.722	-	-	-	7.622.743	-	-	-	-
Contratos de opções										
Compromissos de compra:	1.487.108.990		887.746	131.524	1.019.270	1.030.322.549		3.175.395	257.087	3.432.482
- Mercado interfinanceiro	1.045.127.043	-	96.739	-	96.739	928.351.318	9.300.669	2.354.374	-	2.354.374
- Moeda estrangeira	3.040.836	-	50.886	(39.045)	11.841	4.580.443	6.539	77.305	20.244	97.549
- Outros	438.941.111	1.990.132	740.121	170.569	910.690	97.390.788	-	743.716	236.843	980.559
Compromissos de venda:	1.487.283.778		(3.429.035)	193.670	(3.235.365)	1.022.551.043		(2.071.414)	(165.205)	(2.236.619)
- Mercado interfinanceiro	1.046.309.086	1.182.043	(268.366)	-	(268.366)	919.050.649	-	(719.366)	-	(719.366)
- Moeda estrangeira	4.023.713	982.877	(77.775)	(47.289)	(125.064)	4.573.904	-	(68.382)	47.472	(20.910)
- Outros	436.950.979	-	(3.082.894)	240.959	(2.841.935)	98.926.490	1.535.702	(1.283.666)	(212.677)	(1.496.343)
Contratos a termo										
Compromissos de compra:	64.267.579		2.935.056	(4.640)	2.930.416	34.113.304		(855.134)	(3.953)	(859.087)
- Moeda estrangeira	59.529.141	28.466.001	2.380.386	315	2.380.701	33.043.985	8.345.257	(849.505)	(551)	(850.056)
- Outros	4.738.438	533.765	554.670	(4.955)	549.715	1.069.319	-	(5.629)	(3.402)	(9.031)
Compromissos de venda:	35.267.813		(1.022.437)	(7.750)	(1.030.187)	28.256.407		772.080	(8.496)	763.584
- Moeda estrangeira (2)	31.063.140	-	(836.540)	-	(836.540)	24.698.728	-	449.969	-	449.969
- Outros	4.204.673	-	(185.897)	(7.750)	(193.647)	3.557.679	2.488.360	322.111	(8.496)	313.615
Contratos de swap										
Posição ativa:	879.611.974		5.891.593	1.791.804	7.683.397	786.364.992		6.973.332	828.588	7.801.920
- Mercado interfinanceiro	56.671.053	-	519.381	2.026.085	2.545.466	45.590.283	13.012.809	1.799.507	1.093.110	2.892.617
- Prefixados	549.674.503	1.719.135	710.422	201.314	911.736	541.219.843	102.880.024	1.389.077	(5.992)	1.383.085
- Moeda estrangeira	262.169.602	173.608.334	3.872.742	(417.213)	3.455.529	194.344.754	-	2.960.898	(345.557)	2.615.341
- IGP-M	59.075	-	38.303	1.115	39.418	87.639	-	74.582	3.334	77.916

	R\$ mil									
	Em 30 de junho de 2024					Em 31 de dezembro de 2023				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo
- Outros	11.037.741	5.728.842	750.745	(19.497)	731.248	5.122.473	-	749.268	83.693	832.961
Posição passiva:	860.652.396		(7.881.540)	(392.162)	(8.273.702)	783.299.290		(8.124.013)	(907.138)	(9.031.151)
- Mercado interfinanceiro	218.683.861	162.012.808	(1.328.102)	(349.580)	(1.677.682)	32.577.474	-	(1.721.999)	(1.190.305)	(2.912.304)
- Prefixados	547.955.368	-	(740.068)	(198.473)	(938.541)	438.339.819	-	(1.734.296)	(614.622)	(2.348.918)
- Moeda estrangeira	88.561.268	-	(4.741.471)	123.665	(4.617.806)	284.842.617	90.497.863	(2.985.854)	(109.307)	(3.095.161)
- IGP-M	143.000	83.925	(184.076)	(5.009)	(189.085)	190.560	102.921	(238.476)	(13.896)	(252.372)
- Outros	5.308.899	-	(887.823)	37.235	(850.588)	27.348.820	22.226.347	(1.443.388)	1.020.992	(422.396)
Totais	5.253.269.410		(2.618.617)	1.712.446	(906.171)	4.069.995.617		(129.754)	883	(128.871)

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 126.249.401 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 102.934.940 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 21.199.962 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 44.821.117 mil);

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 36.660.099 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 31.320.736 mil); e

(3) Reflete o saldo líquido entre a Posição Ativa e Passiva.

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (“*default*”), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Risco recebido de Swaps de créditos:	2.329.291	2.044.989
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	755.038	637.962
- Títulos públicos brasileiros	886.617	808.158
- Títulos de governos estrangeiros	687.636	598.869
Risco transferido de Swaps de créditos:	(1.478.668)	(1.297.468)
- Derivativos de títulos públicos brasileiros	(800.482)	(706.830)
- Derivativos de títulos de governos estrangeiros	(678.186)	(590.639)
Risco de crédito total líquido	850.623	747.521

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2028. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

A Organização possui as seguintes operações de *hedge* contábil:

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	21.199.962	21.549.222	(73.765)	(40.571)
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	126.249.401	126.732.243	(234.367)	(128.902)
Total em 30 de junho de 2024	147.449.363	148.281.465	(308.132)	(169.473)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	44.821.117	45.285.081	138.891	76.390
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	102.934.940	103.287.896	(779.599)	(428.779)
Total em 31 de dezembro de 2023	147.756.057	148.572.977	(640.708)	(352.389)

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3 e *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2027, tornando o fluxo de caixa prefixado.

Em dezembro de 2021, o Bradesco liquidou de forma antecipada instrumentos de *hedge accounting* para proteção de fluxos de caixa. Dessa forma, o saldo de marcação a mercado do instrumento de hedge, registrado no patrimônio líquido deve ser apropriado ao resultado, de acordo com o resultado do objeto de hedge. Até o acumulado em 30 de junho de 2024 foi apropriado ao resultado já líquido de efeitos fiscais, o montante de R\$ 636.928 mil, o saldo acumulado no patrimônio líquido em 30 de junho de 2024 é de R\$ 74.454 mil, este montante será apropriado ao resultado até o ano de 2027.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no acumulado em 30 de junho de 2024 (R\$ 181 mil em 30 de junho de 2023).

Hedge de valor justo – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, classificado em DPV – Disponível para Venda e a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações deste instrumento é reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o patrimônio líquido em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do *hedge*. A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é reconhecida diretamente em conta de patrimônio líquido.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor mercado	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no resultado (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de debêntures (1)	748.738	756.729	(1.301)	(716)
Total em 30 de junho de 2024	748.738	756.729	(1.301)	(716)

(1) Referente ao risco de Debêntures, utilizando-se de contratos de Swaps, sendo os prazos de vencimentos até 2034. Não houve estratégias nesta operação em 31 de dezembro de 2023.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, registrados em contas de patrimônio líquido, até o período findo em 30 de junho de 2024 e 2023.

Hedge de investimentos no exterior

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de hedge valor nominal	Objeto de hedge valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	5.160.202	4.889.735	(1.224.241)	(642.023)
Total em 30 de junho de 2024	5.160.202	4.889.735	(1.224.241)	(642.023)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	4.477.297	4.149.708	(702.728)	(368.528)
Total em 31 de dezembro de 2023	4.477.297	4.149.708	(702.728)	(368.528)

(1) Cujas moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de hedge o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

Os ganhos/(perdas) relativos ao hedge de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no acumulado em 30 de junho de 2024 foi de R\$ (4.448) mil (R\$ (31.347) mil em 30 de junho de 2023).

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros são reconhecidos na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares. Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito de compensação é exercido mediante a ocorrência de determinados eventos, tais como o inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito.

O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação:

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Ativos Financeiros						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	195.617.324	-	195.617.324	186.599.349	-	186.599.349
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.216.168	-	20.216.168	15.413.349	-	15.413.349
Passivos Financeiros						
Captações no Mercado Aberto	163.762.529	-	163.762.529	169.570.218	-	169.570.218
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.122.339	-	21.122.339	15.542.220	-	15.542.220

Nos períodos de 2024 e 2023, o Bradesco não compensou nenhum ativo e passivo financeiro em seu balanço patrimonial.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos públicos brasileiros	203.949.169	538.056	(6.503.496)	197.983.729
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.548.197	37.212	(90.056)	2.495.353
Títulos emitidos por instituições financeiras	5.641.722	24.012	(72.758)	5.592.976
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.778.235	246.297	(139.651)	7.884.881
Títulos públicos de governos estrangeiros	7.175.180	1.602	(1.944)	7.174.838
Aplicações em cotas de fundos	5.373.142	24.253	(148.752)	5.248.643
Ações de companhias abertas e outras ações	6.651.659	403.667	(2.275.133)	4.780.193
Saldos em 30 de junho de 2024	239.117.304	1.275.099	(9.231.790)	231.160.613
Títulos públicos brasileiros	181.505.226	4.177.028	(2.473.306)	183.208.948
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.389.653	26.930	(46.617)	1.369.966
Títulos emitidos por instituições financeiras	6.400.767	10.895	(30.304)	6.381.358
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	6.412.372	292.990	(35.319)	6.670.043
Títulos públicos de governos estrangeiros	7.404.614	2.690	(2.549)	7.404.755
Aplicações em cotas de fundos	2.407.603	33.609	(158.249)	2.282.963
Ações de companhias abertas e outras ações	6.489.814	494.838	(1.453.079)	5.531.573
Saldos em 31 de dezembro de 2023	212.010.049	5.038.980	(4.199.423)	212.849.606

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	58.185.642	57.989.200	20.801.969	20.741.673
Vencimento entre 1 e 5 anos	100.240.342	98.150.349	111.918.413	112.979.885
Vencimento entre 5 e 10 anos	35.474.880	35.021.192	38.526.607	39.467.969
Vencimento acima de 10 anos	33.191.639	29.971.036	31.865.643	31.845.543
Vencimento indeterminado	12.024.801	10.028.836	8.897.417	7.814.536
Total	239.117.304	231.160.613	212.010.049	212.849.606

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, totalizaram em 30 de junho de 2024, R\$ 58.916.171 mil (2023 - R\$ 52.026.509 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	6.651.659	(1.871.466)	4.780.193
Total em 30 de junho de 2024	6.651.659	(1.871.466)	4.780.193
Ações de companhias abertas e outras ações	6.489.814	(958.241)	5.531.573
Total em 31 de dezembro de 2023	6.489.814	(958.241)	5.531.573

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

d) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2022	129.812	6.180	165.292	301.284
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(73.774)	(3.000)	(70.474)	(147.248)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2023	56.038	3.180	94.818	154.036
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2023	41.160	2.979	92.745	136.884
Transferidos para o Estágio 1	-	(12)	(378)	(390)
Transferidos para o Estágio 2	(17)	-	-	(17)
Transferidos para o Estágio 3	(345)	-	-	(345)
Oriundos do Estágio 1	-	17	345	362
Oriundos do Estágio 2	12	-	-	12
Oriundos do Estágio 3	378	-	-	378
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(15.203)	(997)	18.356	2.156
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2024	25.985	1.987	111.068	139.040

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados (2)	Perdas brutas não realizadas (2)	Valor justo
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	54.866.580	976.703	(4.325.288)	51.517.995
Títulos emitidos por empresas não financeiras	116.990.395	1.832.169	(983.688)	117.838.876
Saldos em 30 de junho de 2024	171.856.975	2.808.872	(5.308.976)	169.356.871

Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	54.282.125	4.007.277	(4.653.464)	53.635.938
Títulos emitidos por empresas não financeiras	120.924.952	1.387.469	(580.298)	121.732.123
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (1)	175.207.077	5.394.746	(5.233.762)	175.368.061

(1) Em janeiro de 2023, com a adoção da IFRS 17, a Administração reclassificou Títulos e Valores Mobiliários mensurados ao custo amortizado para mensurados ao VJORA, no montante de R\$ 36.639.102 mil. Essa reclassificação se deu por alinhamento da estratégia de ativos relacionados a passivos de contratos de seguros; e

(2) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	52.082.257	51.969.393	26.708.054	26.853.215
Vencimento entre 1 e 5 anos	73.831.957	74.391.881	108.111.315	108.612.106
Vencimento entre 5 e 10 anos	21.822.071	21.862.460	17.408.132	17.311.782
Vencimento acima de 10 anos	24.120.690	21.133.137	22.979.576	22.590.958
Total	171.856.975	169.356.871	175.207.077	175.368.061

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como ativos financeiros a custo amortizado, totalizaram em 30 de junho de 2024, R\$ 39.706.976 mil (2023 - R\$ 25.937.875 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2022	472.396	130.796	2.437.639	3.040.831
Transferidos para o Estágio 1	-	(21.616)	(1.944)	(23.560)
Transferidos para o Estágio 2	(467)	-	(450)	(917)
Transferidos para o Estágio 3	(3.662)	(50.113)	-	(53.775)
Oriundos do Estágio 1	-	467	3.662	4.129
Oriundos do Estágio 2	21.616	-	50.113	71.729
Oriundos do Estágio 3	1.944	450	-	2.394
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(157.830)	(12.309)	812.509	642.370
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2023	333.997	47.675	3.301.529	3.683.201

Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2023	370.902	186.825	4.587.539	5.145.266
Transferidos para o Estágio 1	-	(2.511)	(1.399)	(3.910)
Transferidos para o Estágio 2	(1.606)	-	(1.238)	(2.844)
Transferidos para o Estágio 3	(1.746)	(125.369)	-	(127.115)
Oriundos do Estágio 1	-	1.606	1.746	3.352
Oriundos do Estágio 2	2.511	-	125.369	127.880
Oriundos do Estágio 3	1.399	1.238	-	2.637
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	180.938	5.329	(436.885)	(250.618)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2024	552.398	67.118	4.275.132	4.894.648

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Aplicações em operações compromissadas (1)	195.617.324	186.599.349
Empréstimos para instituições financeiras	17.736.314	18.504.300
Perda esperada	(18.212)	(990)
Total	213.335.426	205.102.659

(1) Em 30 de junho de 2024 inclui aplicações em operações compromissadas cedidas em garantia, no montante de R\$ 135.111.149 mil (2023 - R\$ 127.843.191 mil).

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de produto

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	284.823.026	269.421.350
- Financiamentos e repasses	119.585.421	104.729.799
- Financiamento à exportação	38.325.031	28.957.241
- Financiamento imobiliário	26.713.554	24.534.805
- Repasses BNDES/Finame	17.835.919	17.515.937
- Financiamento de veículos	21.954.614	22.316.453
- Importação	9.804.556	7.183.123
- <i>Leasing</i>	4.951.747	4.222.240
- Empréstimos	151.666.895	151.245.208
- Capital de giro	91.079.798	82.843.536
- Crédito rural	12.350.669	12.807.395
- Outros	48.236.428	55.594.277
- Operações com limites (1)	13.570.710	13.446.343
- Cartão de crédito	7.950.758	8.003.405
- Conta garantida/Cheque especial	5.619.952	5.442.938
Pessoa Física	374.806.788	360.265.349
- Financiamentos e repasses	134.058.794	127.765.221
- Financiamento imobiliário	94.552.810	89.315.143
- Financiamento de veículos	32.492.687	31.408.501
- Repasses BNDES/Finame	6.768.124	6.866.782
- Outros	245.173	174.795
- Empréstimos	165.810.932	155.605.725
- Crédito pessoal consignado	94.804.072	90.960.703
- Crédito pessoal	37.359.415	31.309.283
- Crédito rural	12.775.717	12.534.155
- Outros	20.871.728	20.801.584
- Operações com limites (1)	74.937.062	76.894.403
- Cartão de crédito	69.505.377	71.926.643
- Conta garantida/Cheque especial	5.431.685	4.967.760
Total da carteira	659.629.814	629.686.699
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(45.236.355)	(50.184.880)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	614.393.459	579.501.819

(1) Refere-se a operações com limites pré estabelecidos em aberto vinculados à conta-corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos.

b) Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	1.940.632	1.681.751
De um a cinco anos	3.064.696	2.581.232
Mais de cinco anos	151.320	131.390
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(50.273)	(46.144)
Investimento líquido	5.106.375	4.348.229
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	1.922.210	1.663.550
De um a cinco anos	3.035.670	2.556.255
Mais de cinco anos	148.495	128.424
Total	5.106.375	4.348.229

c) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2024
Pessoa Jurídica	230.134.580	(3.046.257)	(1.853.990)	1.258.381	99.128	106.502.621	(82.602.885)	-	250.491.578
- Financiamentos	97.907.233	(1.094.960)	(506.107)	271.455	6.157	40.119.698	(23.984.830)	-	112.718.646
- Empréstimos	121.553.604	(1.698.402)	(1.088.647)	896.805	89.456	64.249.550	(57.533.314)	-	126.469.052
- Rotativos	10.673.743	(252.895)	(259.236)	90.121	3.515	2.133.373	(1.084.741)	-	11.303.880
Pessoa Física	298.686.536	(6.250.361)	(4.208.175)	4.058.261	464.733	86.137.389	(59.421.174)	-	319.467.209
- Financiamentos	114.370.195	(2.710.424)	(795.781)	2.102.417	98.965	25.714.440	(17.099.062)	-	121.680.750
- Empréstimos	126.474.656	(2.010.045)	(1.615.054)	1.124.485	271.333	53.200.547	(38.254.610)	-	139.191.312
- Rotativos	57.841.685	(1.529.892)	(1.797.340)	831.359	94.435	7.222.402	(4.067.502)	-	58.595.147
Total	528.821.116	(9.296.618)	(6.062.165)	5.316.642	563.861	192.640.010	(142.024.059)	-	569.958.787

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2024
Pessoa Jurídica	12.538.317	(1.258.381)	(4.260.413)	3.046.257	358.255	1.672.312	(4.613.224)	-	7.483.123
- Financiamentos	1.909.771	(271.455)	(294.443)	1.094.960	6.279	306.083	(704.090)	-	2.047.105
- Empréstimos	9.848.560	(896.805)	(3.719.088)	1.698.402	342.512	1.264.476	(3.762.664)	-	4.775.393
- Rotativos	779.986	(90.121)	(246.882)	252.895	9.464	101.753	(146.470)	-	660.625
Pessoa Física	22.711.786	(4.058.261)	(4.234.332)	6.250.361	963.350	3.071.546	(4.797.781)	-	19.906.669
- Financiamentos	9.342.632	(2.102.417)	(969.870)	2.710.424	52.700	753.284	(1.651.113)	-	8.135.640
- Empréstimos	8.719.543	(1.124.485)	(1.589.367)	2.010.045	812.737	1.855.207	(2.994.087)	-	7.689.593
- Rotativos	4.649.611	(831.359)	(1.675.095)	1.529.892	97.913	463.055	(152.581)	-	4.081.436
Total	35.250.103	(5.316.642)	(8.494.745)	9.296.618	1.321.605	4.743.858	(9.411.005)	-	27.389.792

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2024
Pessoa Jurídica	26.748.453	(99.128)	(358.255)	1.853.990	4.260.413	8.996.687	(5.902.844)	(8.650.991)	26.848.325
- Financiamentos	4.912.796	(6.157)	(6.279)	506.107	294.443	77.002	191.906	(1.150.145)	4.819.673
- Empréstimos	19.843.042	(89.456)	(342.512)	1.088.647	3.719.088	8.718.899	(5.996.151)	(6.519.111)	20.422.446
- Rotativos	1.992.615	(3.515)	(9.464)	259.236	246.882	200.786	(98.599)	(981.735)	1.606.206
Pessoa Física	38.867.027	(464.733)	(963.350)	4.208.175	4.234.332	8.166.579	(5.073.185)	(13.541.935)	35.432.910
- Financiamentos	4.052.392	(98.965)	(52.700)	795.781	969.870	240.695	(762.485)	(902.189)	4.242.399
- Empréstimos	20.411.507	(271.333)	(812.737)	1.615.054	1.589.367	6.944.114	(4.225.135)	(6.320.827)	18.930.010
- Rotativos	14.403.128	(94.435)	(97.913)	1.797.340	1.675.095	981.770	(85.565)	(6.318.919)	12.260.501
Total	65.615.480	(563.861)	(1.321.605)	6.062.165	8.494.745	17.163.266	(10.976.029)	(22.192.926)	62.281.235

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2024
Pessoa Jurídica	269.421.350	117.171.620	(93.118.953)	(8.650.991)	284.823.026
- Financiamentos	104.729.800	40.502.783	(24.497.014)	(1.150.145)	119.585.424
- Empréstimos	151.245.206	74.232.925	(67.292.129)	(6.519.111)	151.666.891
- Rotativos	13.446.344	2.435.912	(1.329.810)	(981.735)	13.570.711
Pessoa Física	360.265.349	97.375.514	(69.292.140)	(13.541.935)	374.806.788
- Financiamentos	127.765.219	26.708.419	(19.512.660)	(902.189)	134.058.789
- Empréstimos	155.605.706	61.999.868	(45.473.832)	(6.320.827)	165.810.915
- Rotativos	76.894.424	8.667.227	(4.305.648)	(6.318.919)	74.937.084
Total	629.686.699	214.547.134	(162.411.093)	(22.192.926)	659.629.814

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2023
Pessoa Jurídica	260.930.040	(3.531.086)	(2.759.387)	739.447	29.038	88.272.142	(113.035.978)	-	230.644.216
- Financiamentos	104.459.244	(944.137)	(341.472)	324.078	6.492	33.337.809	(33.175.705)	-	103.666.309
- Empréstimos	144.212.730	(2.195.380)	(1.944.482)	362.975	16.728	52.772.192	(78.119.385)	-	115.105.378
- Rotativos	12.258.066	(391.569)	(473.433)	52.394	5.818	2.162.141	(1.740.888)	-	11.872.529
Pessoa Física	292.656.355	(13.571.056)	(5.218.224)	3.752.166	201.593	64.100.326	(59.592.618)	-	282.328.542
- Financiamentos	109.442.423	(6.836.698)	(629.012)	2.185.219	42.039	17.516.333	(16.540.850)	-	105.179.454
- Empréstimos	125.648.075	(3.384.964)	(1.922.517)	705.060	112.554	40.334.779	(39.619.769)	-	121.873.218
- Rotativos	57.565.857	(3.349.394)	(2.666.695)	861.887	47.000	6.249.214	(3.431.999)	-	55.275.870
Total	553.586.395	(17.102.142)	(7.977.611)	4.491.613	230.631	152.372.468	(172.628.596)	-	512.972.758

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2023
Pessoa Jurídica	10.397.088	(739.447)	(2.785.125)	3.531.086	322.670	2.874.583	(4.326.759)	-	9.274.096
- Financiamentos	2.098.408	(324.078)	(342.865)	944.137	2.857	248.816	(609.315)	-	2.017.960
- Empréstimos	7.289.645	(362.975)	(2.076.271)	2.195.380	313.080	2.461.826	(3.555.134)	-	6.265.551
- Rotativos	1.009.035	(52.394)	(365.989)	391.569	6.733	163.941	(162.310)	-	990.585
Pessoa Física	31.531.058	(3.752.166)	(6.877.184)	13.571.056	698.272	5.985.052	(7.493.797)	-	33.662.291
- Financiamentos	13.494.747	(2.185.219)	(1.196.914)	6.836.698	44.727	2.116.293	(2.501.216)	-	16.609.116
- Empréstimos	10.764.215	(705.060)	(2.609.991)	3.384.964	605.600	3.071.661	(4.752.461)	-	9.758.928
- Rotativos	7.272.096	(861.887)	(3.070.279)	3.349.394	47.945	797.098	(240.120)	-	7.294.247
Total	41.928.146	(4.491.613)	(9.662.309)	17.102.142	1.020.942	8.859.635	(11.820.556)	-	42.936.387

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2023
Pessoa Jurídica	27.927.899	(29.038)	(322.670)	2.759.387	2.785.125	7.573.570	(4.609.219)	(4.989.466)	31.095.588
- Financiamentos	5.049.959	(6.492)	(2.857)	341.472	342.865	96.540	(268.005)	(503.890)	5.049.592
- Empréstimos	21.410.798	(16.728)	(313.080)	1.944.482	2.076.271	7.184.588	(4.400.141)	(3.879.245)	24.006.945
- Rotativos	1.467.142	(5.818)	(6.733)	473.433	365.989	292.442	58.927	(606.331)	2.039.051
Pessoa Física	33.424.124	(201.593)	(698.272)	5.218.224	6.877.184	10.439.684	(2.860.193)	(11.086.626)	41.112.532
- Financiamentos	3.057.379	(42.039)	(44.727)	629.012	1.196.914	244.027	(653.497)	(700.080)	3.686.989
- Empréstimos	19.640.162	(112.554)	(605.600)	1.922.517	2.609.991	8.930.031	(3.539.589)	(6.918.530)	21.926.428
- Rotativos	10.726.583	(47.000)	(47.945)	2.666.695	3.070.279	1.265.626	1.332.893	(3.468.016)	15.499.115
Total	61.352.023	(230.631)	(1.020.942)	7.977.611	9.662.309	18.013.254	(7.469.412)	(16.076.092)	72.208.120

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2023
Pessoa Jurídica	299.255.027	98.720.295	(121.971.956)	(4.989.466)	271.013.900
- Financiamentos	111.607.611	33.683.165	(34.053.025)	(503.890)	110.733.861
- Empréstimos	172.913.173	62.418.606	(86.074.660)	(3.879.245)	145.377.874
- Rotativos	14.734.243	2.618.524	(1.844.271)	(606.331)	14.902.165
Pessoa Física	357.611.537	80.525.062	(69.946.608)	(11.086.626)	357.103.365
- Financiamentos	125.994.549	19.876.653	(19.695.563)	(700.080)	125.475.559
- Empréstimos	156.052.452	52.336.471	(47.911.819)	(6.918.530)	153.558.574
- Rotativos	75.564.536	8.311.938	(2.339.226)	(3.468.016)	78.069.232
Total	656.866.564	179.245.357	(191.918.564)	(16.076.092)	628.117.265

d) Reconciliação de perdas esperadas empréstimos e adiantamentos a clientes

(Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas)

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2024
Pessoa Jurídica	3.710.730	(133.079)	(127.484)	184.042	41.184	1.341.019	(1.701.587)	-	3.314.825
- Financiamentos	1.269.857	(20.794)	(10.857)	73.338	2.263	326.990	(298.435)	-	1.342.362
- Empréstimos	1.919.049	(98.314)	(98.273)	103.638	37.121	917.992	(1.332.953)	-	1.448.260
- Rotativos	521.824	(13.971)	(18.354)	7.066	1.800	96.037	(70.199)	-	524.203
Pessoa Física	6.245.565	(224.902)	(229.668)	314.510	205.451	1.773.627	(1.573.716)	-	6.510.867
- Financiamentos	437.273	(35.182)	(17.688)	86.117	22.102	113.265	(212.943)	-	392.944
- Empréstimos	2.457.473	(102.015)	(108.326)	167.444	121.084	1.227.682	(1.004.179)	-	2.759.163
- Rotativos	3.350.819	(87.705)	(103.654)	60.949	62.265	432.680	(356.594)	-	3.358.760
Total	9.956.295	(357.981)	(357.152)	498.552	246.635	3.114.646	(3.275.303)	-	9.825.692

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2024
Pessoa Jurídica	2.407.449	(184.042)	(1.037.395)	133.079	142.679	346.791	(527.233)	-	1.281.328
- Financiamentos	277.782	(73.338)	(67.379)	20.794	2.596	55.165	141.589	-	357.209
- Empréstimos	1.968.250	(103.638)	(892.405)	98.314	136.237	266.746	(684.549)	-	788.955
- Rotativos	161.417	(7.066)	(77.611)	13.971	3.846	24.880	15.727	-	135.164
Pessoa Física	3.073.021	(314.510)	(1.168.548)	224.902	369.815	670.387	(47.181)	-	2.807.886
- Financiamentos	468.003	(86.117)	(99.568)	35.182	14.620	74.480	120.070	-	526.670
- Empréstimos	1.860.757	(167.444)	(621.227)	102.015	312.624	492.593	(358.225)	-	1.621.093
- Rotativos	744.261	(60.949)	(447.753)	87.705	42.571	103.314	190.974	-	660.123
Total	5.480.470	(498.552)	(2.205.943)	357.981	512.494	1.017.178	(574.414)	-	4.089.214

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2024
Pessoa Jurídica	17.045.918	(41.184)	(142.679)	127.484	1.037.395	3.977.223	2.215.903	(8.650.991)	15.569.069
- Financiamentos	2.405.662	(2.263)	(2.596)	10.857	67.379	47.452	613.775	(1.150.145)	1.990.121
- Empréstimos	13.348.041	(37.121)	(136.237)	98.273	892.405	3.826.922	1.066.743	(6.519.111)	12.539.915
- Rotativos	1.292.215	(1.800)	(3.846)	18.354	77.611	102.849	535.385	(981.735)	1.039.033
Pessoa Física	21.179.127	(205.451)	(369.815)	229.668	1.168.548	3.653.960	7.269.778	(13.541.935)	19.383.880
- Financiamentos	1.380.788	(22.102)	(14.620)	17.688	99.568	81.276	927.708	(902.189)	1.568.117
- Empréstimos	10.928.409	(121.084)	(312.624)	108.326	621.227	3.031.166	2.381.688	(6.320.827)	10.316.281
- Rotativos	8.869.930	(62.265)	(42.571)	103.654	447.753	541.518	3.960.382	(6.318.919)	7.499.482
Total	38.225.045	(246.635)	(512.494)	357.152	2.205.943	7.631.183	9.485.681	(22.192.926)	34.952.949

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2024
Pessoa Jurídica	23.164.097	5.665.033	(12.917)	(8.650.991)	20.165.222
- Financiamentos	3.953.301	429.607	456.929	(1.150.145)	3.689.692
- Empréstimos	17.235.340	5.011.660	(950.759)	(6.519.111)	14.777.130
- Rotativos	1.975.456	223.766	480.913	(981.735)	1.698.400
Pessoa Física	30.497.713	6.097.974	5.648.881	(13.541.935)	28.702.633
- Financiamentos	2.286.064	269.021	834.835	(902.189)	2.487.731
- Empréstimos	15.246.639	4.751.441	1.019.284	(6.320.827)	14.696.537
- Rotativos	12.965.010	1.077.512	3.794.762	(6.318.919)	11.518.365
Total	53.661.810	11.763.007	5.635.964	(22.192.926)	48.867.855

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2023
Pessoa Jurídica	4.709.225	(171.847)	(217.220)	111.961	25.128	1.243.456	(1.812.972)	-	3.887.731
- Financiamentos	1.560.991	(29.705)	(14.427)	51.139	11.186	192.773	(523.346)	-	1.248.611
- Empréstimos	2.461.407	(117.779)	(169.030)	55.738	7.548	954.764	(1.156.367)	-	2.036.281
- Rotativos	686.827	(24.363)	(33.763)	5.084	6.394	95.919	(133.259)	-	602.839
Pessoa Física	8.596.907	(569.714)	(391.349)	342.510	138.336	1.521.879	(3.522.646)	-	6.115.923
- Financiamentos	691.697	(88.201)	(26.154)	104.173	10.566	91.586	(438.373)	-	345.294
- Empréstimos	3.332.473	(224.458)	(164.308)	148.355	63.602	1.062.018	(1.689.059)	-	2.528.623
- Rotativos	4.572.737	(257.055)	(200.887)	89.982	64.168	368.275	(1.395.214)	-	3.242.006
Total	13.306.132	(741.561)	(608.569)	454.471	163.464	2.765.335	(5.335.618)	-	10.003.654

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2023
Pessoa Jurídica	2.486.457	(111.961)	(980.849)	171.847	185.433	752.065	(259.475)	-	2.243.517
- Financiamentos	327.687	(51.139)	(103.564)	29.705	1.643	38.978	50.176	-	293.486
- Empréstimos	1.903.891	(55.738)	(756.167)	117.779	179.929	671.946	(346.504)	-	1.715.136
- Rotativos	254.879	(5.084)	(121.118)	24.363	3.861	41.141	36.853	-	234.895
Pessoa Física	6.185.062	(342.510)	(2.506.010)	569.714	277.468	997.348	(1.277.191)	-	3.903.881
- Financiamentos	925.342	(104.173)	(163.083)	88.201	10.442	91.119	(164.152)	-	683.696
- Empréstimos	3.704.642	(148.355)	(1.377.956)	224.458	237.769	722.901	(1.275.648)	-	2.087.811
- Rotativos	1.555.078	(89.982)	(964.971)	257.055	29.257	183.328	162.609	-	1.132.374
Total	8.671.519	(454.471)	(3.486.859)	741.561	462.901	1.749.413	(1.536.666)	-	6.147.398

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2023
Pessoa Jurídica	18.698.277	(25.128)	(185.433)	217.220	980.849	3.472.249	2.403.816	(4.989.466)	20.572.384
- Financiamentos	2.345.361	(11.186)	(1.643)	14.427	103.564	60.562	405.006	(503.890)	2.412.201
- Empréstimos	15.386.054	(7.548)	(179.929)	169.030	756.167	3.267.992	1.334.417	(3.879.245)	16.846.938
- Rotativos	966.862	(6.394)	(3.861)	33.763	121.118	143.695	664.393	(606.331)	1.313.245
Pessoa Física	18.538.069	(138.336)	(277.468)	391.349	2.506.010	4.456.158	8.426.780	(11.086.626)	22.815.936
- Financiamentos	1.123.181	(10.566)	(10.442)	26.154	163.083	73.587	629.545	(700.080)	1.294.462
- Empréstimos	11.130.490	(63.602)	(237.769)	164.308	1.377.956	3.683.509	2.935.727	(6.918.530)	12.072.089
- Rotativos	6.284.398	(64.168)	(29.257)	200.887	964.971	699.062	4.861.508	(3.468.016)	9.449.385
Total	37.236.346	(163.464)	(462.901)	608.569	3.486.859	7.928.407	10.830.596	(16.076.092)	43.388.320

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2023
Pessoa Jurídica	25.893.959	5.467.770	331.369	(4.989.466)	26.703.632
- Financiamentos	4.234.039	292.313	(68.164)	(503.890)	3.954.298
- Empréstimos	19.751.352	4.894.702	(168.454)	(3.879.245)	20.598.355
- Rotativos	1.908.568	280.755	567.987	(606.331)	2.150.979
Pessoa Física	33.320.038	6.975.385	3.626.943	(11.086.626)	32.835.740
- Financiamentos	2.740.220	256.292	27.020	(700.080)	2.323.452
- Empréstimos	18.167.605	5.468.428	(28.980)	(6.918.530)	16.688.523
- Rotativos	12.412.213	1.250.665	3.628.903	(3.468.016)	13.823.765
Total	59.213.997	12.443.155	3.958.312	(16.076.092)	59.539.372

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Análise de sensibilidade

A mensuração da perda de créditos esperadas incorpora informações prospectivas a partir de projeções de cenários econômicos, que são desenvolvidos por uma equipe de especialistas e aprovados conforme governança de riscos da Organização. Cada cenário econômico possui a evolução ao longo do tempo de um rol de variáveis macroeconômicas, dentre as quais podemos destacar: índices de inflação (IPCA), índices de atividade econômica (PIB, desemprego, etc), taxas de juros brasileira e moedas, refletindo as expectativas e premissas de cada cenário. As projeções são revisadas minimamente anualmente, sendo mais tempestiva em casos de eventos relevantes que possam alterar de forma material as perspectivas futuras.

A estimativa da perda de crédito esperada é feita pela combinação de múltiplos cenários, que são ponderados de acordo com a probabilidade atribuída a cada cenário, sendo o cenário base o mais provável. Em vista a determinar possíveis oscilações da perda esperada decorrentes das projeções econômicas, foram feitas simulações alterando a ponderação dos cenários utilizados no cálculo da perda esperada. No quadro abaixo demonstramos as probabilidades atribuídas a cada cenário e os impactos:

	Em 30 de junho de 2024 - R\$ mil			
	Ponderação			Constituição/ (Reversão)
	Cenário Base	Cenário Otimista*	Cenário Pessimista**	
Simulação 1	100%	-	-	(4.606)
Simulação 2	-	100%	-	(295.834)
Simulação 3	-	-	100%	765.265

* Cenário em que a economia cresce mais que o esperado.

** Cenário em que a economia cresce menos do que o esperado.

f) Perda esperada de empréstimos e adiantamentos

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Constituição	9.291.167	8.585.509	17.398.971	16.401.467
Recuperações	(1.473.301)	(1.168.644)	(2.763.466)	(2.098.979)
Despesa de PDD líquida de recuperações	7.817.866	7.416.865	14.635.505	14.302.488

g) Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com perda esperada”, onde estão incluídas as renegociações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Renegociações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das renegociações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados:

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 30 de junho de 2023
Saldo inicial	39.111.735	34.353.489
Renegociação	15.015.299	21.670.850
Recebimento/Outros (1)	(9.880.174)	(13.087.930)
Baixas	(6.372.851)	(4.964.961)
Saldo final	37.874.009	37.971.448
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	(16.802.554)	(14.528.339)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda por redução ao valor recuperável	21.071.455	23.443.109
Perda por redução ao valor recuperável sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	44,4%	38,3%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	5,7%	6,0%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda por redução ao valor recuperável	6,2%	6,6%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento renegociado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de renegociações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.065.410	991.486
Veículos e afins	332.956	314.041
Máquinas e equipamentos	211	776
Outros (1)	2.070.088	22.227
Total	3.468.665	1.328.530

(1) Contempla R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, destinadas para alienação e estão disponíveis para venda.

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURE

a) Composição dos investimentos em coligadas e joint venture

Empresa	R\$ mil									
	Em 30 de junho de 2024							Acumulado em 30 de junho de 2024		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	102.901	5.011.146	2.192.376	4.914.461	1.774.557	(1.990)	339.338	(9.949)
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	248.537	910.726	2.332.560	441.155	1.801.151	10.970	1.387.393	44.679
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	550.512	2.925.196	2.167.957	3.214.120	745.241	6.863	1.294.437	17.157
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3)	16,82%	16,00%	58.608	128.331	1.070.852	265.129	588.210	(2.465)	156.179	(14.656)
Outras (4)			7.432.399					428.856		
Total dos investimentos em coligadas			8.392.957					442.234		
Elo Participações S.A. (5)	50,01%	50,01%	2.072.450	2.282.240	2.140.309	48.224	89.474	489.762	63.109	951.772
Total dos investimentos em joint ventures			2.072.450					489.762		
Total geral em 30 de junho de 2024			10.465.407					931.996		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação. No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Organização recebeu de dividendos de R\$ 2.204 mil referente à Empresa Tecnologia Bancária S.A.;

(4) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A. A Organização recebeu de juros sobre capital próprio, R\$ 151.463 mil, no semestre findo em 30 de junho de 2024 referente à Empresa Cielo S.A.; e

(5) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento.

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2023							Acumulado em 30 de junho de 2023		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial	Receitas (1)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	105.766	4.294.581	2.198.375	4.276.354	1.689.663	(227)	381.277	(1.135)
Tecnologia Bancária S.A. (2)	24,55%	24,32%	237.568	964.701	2.300.906	1.182.701	1.106.646	(6.439)	1.396.135	(26.227)
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	40,00%	40,00%	549.669	3.156.150	1.721.943	3.387.628	361.839	9.449	812.832	23.622
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (2)	16,82%	16,00%	61.073	153.360	1.092.648	269.606	613.865	(4.380)	133.637	(26.040)
Outras (3)			7.234.917					623.545		
Total dos investimentos em coligadas			8.188.993					621.948		
Elo Participações S.A. (4)	50,01%	50,01%	1.427.847	1.023.779	2.627.543	563.008	103.084	437.823	(37.515)	874.571
Total dos investimentos em joint ventures			1.427.847					437.823		
Total geral em 31 de dezembro de 2023			9.616.840							
Total geral em 30 de junho de 2023								1.059.771		

(1) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem de data de até 60 dias, permitidos pela regulamentação;

(3) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A. A Organização recebeu de juros sobre capital próprio, R\$ 131.963 mil, no semestre findo em 30 de junho de 2023 referente à Empresa Cielo S.A.; e

(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. Até 30 de junho de 2023, a Organização recebeu R\$ 668.413 mil de dividendos deste investimento.

A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo no início do período	9.616.840	8.970.513
Entradas	-	14.333
Resultado de participações em coligadas	931.996	1.059.771
Dividendos/JCP	(157.177)	(308.079)
Outras	73.748	(408.823)
Saldo em 30 de junho	10.465.407	9.327.715

14) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R\$ mil			
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	4%	8.406.182	(5.176.947)	3.229.235
Terrenos	-	900.112	-	900.112
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.624.145	(3.056.620)	2.567.525
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	415.149	(286.845)	128.304
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	13.747.519	(9.675.010)	4.072.509
Sistemas de transportes	10% a 20%	390.981	(163.001)	227.980
Saldos em 30 de junho de 2024 (1)		29.484.088	(18.358.423)	11.125.665
Edificações	4%	8.386.525	(4.776.314)	3.610.211
Terrenos	-	912.088	-	912.088
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6.070.838	(2.996.346)	3.074.492
Sistemas de segurança e comunicações	10%	404.802	(278.452)	126.350
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	12.361.949	(9.056.887)	3.305.062
Sistemas de transportes	10% a 20%	237.034	(147.228)	89.806
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (1)		28.373.236	(17.255.227)	11.118.009

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota 23 para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil						
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Total (1)
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2022	4.119.473	929.066	3.228.655	74.791	3.523.783	95.354	11.971.122
Adições	417.366	-	343.235	17.059	723.018	16.375	1.517.053
Baixas	(352.038)	(7.136)	(279.040)	(5.121)	-	-	(643.335)
Depreciação (2)	(372.314)	-	(261.919)	(12.866)	(686.911)	(11.032)	(1.345.042)
Saldos em 30 de junho de 2023	3.812.487	921.930	3.030.931	73.863	3.559.890	100.697	11.499.798
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.610.211	912.088	3.074.492	126.350	3.305.062	89.806	11.118.009
Adições	116.933	-	384.265	17.490	1.503.717	153.890	2.176.295
Baixas	(166.141)	(11.976)	(688.059)	-	-	-	(866.176)
Depreciação (2)	(331.768)	-	(203.173)	(15.536)	(736.270)	(15.716)	(1.302.463)
Saldos em 30 de junho de 2024	3.229.235	900.112	2.567.525	128.304	4.072.509	227.980	11.125.665

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16; e

(2) A diferença para o valor apresentado na nota de despesa com depreciação, refere-se a despesa atribuível ao resultado de seguros e conforme a IFRS 17 devem ser apresentadas nesta rubrica da DRE.

15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO**a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe**

	R\$ mil					
	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos financeiros (1)	Software (1)	Carteira de clientes (1)	Outros (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.542.091	3.554.635	6.949.393	1.252.485	501.209	18.799.813
Adições/baixas	48.500	771.575	1.480.246	99.888	326.156	2.726.365
Amortização (2)	-	(837.180)	(762.783)	(118.556)	(245.613)	(1.964.132)
Saldos em 30 de junho de 2023	6.590.591	3.489.030	7.666.856	1.233.817	581.752	19.562.046
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.596.649	5.811.168	8.463.216	1.115.481	120.632	22.107.146
Adições/baixas	133.993	698.571	1.380.786	106.581	171.852	2.491.783
Amortização (2)	-	(886.084)	(842.516)	(122.873)	(134.254)	(1.985.727)
Saldos em 30 de junho de 2024	6.730.642	5.623.655	9.001.486	1.099.189	158.230	22.613.202

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários – dentro dos prazos do contrato; *software* – até 10%; carteira de clientes e outros contratos; e

(2) A diferença de R\$ 189.550 mil (2023 - R\$ 204.388 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

b) Composição do ágio por segmento

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Bancário	6.230.002	6.107.282
Seguros	500.640	489.367
Total	6.730.642	6.596.649

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de Seguros, Previdência e Capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2024 e 2023.

16) OUTROS ATIVOS**a) Outros ativos**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativos financeiros (1) (2)	82.024.943	56.958.860
Operações de câmbio (3)	47.809.122	27.704.682
Devedores por depósitos em garantia (4)	21.473.065	20.787.578
Negociação e intermediação de valores	5.217.051	3.720.053
Títulos e créditos a receber	5.501.278	2.667.921
Rendas a receber	2.024.427	2.078.626
Outros ativos	13.596.833	9.597.412
Devedores diversos	3.446.583	3.405.012
Despesas antecipadas	3.316.391	2.934.506
Relações interfinanceiras e interdependências	226.691	297.291
Outros (5)	6.607.168	2.960.603
Total	95.621.776	66.556.272

(1) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado;

(2) Em 2024 e 2023, não houve constituição de perdas esperadas para outros ativos financeiros;

(3) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição para os clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;

(4) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou júizes e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza; e

(5) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir e propriedade para investimento.

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Depósitos à vista	1.335.104	1.503.278
Depósitos interfinanceiros	1.517.873	2.354.799
Captações no mercado aberto	294.603.813	272.404.788
Obrigações por empréstimos	33.335.235	22.809.333
Obrigações por repasses	24.613.742	24.350.585
Total	355.405.767	323.422.783

18) RECURSOS DE CLIENTES

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de clientes” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Depósitos à vista	42.459.979	49.634.288
Depósitos de poupança	131.429.729	131.003.553
Depósitos a prazo	442.264.737	441.296.839
Total	616.154.445	621.934.680

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Composição por tipo de papel emitido e localização**

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Títulos emitidos – País:		
Letras de crédito imobiliário	54.166.185	52.115.729
Letras de agronegócio	44.775.758	40.062.692
Letras financeiras	103.988.637	105.426.827
Letras imobiliárias garantidas	38.797.822	36.144.798
Subtotal	241.728.402	233.750.046
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
<i>Euronotes</i>	4.188.631	3.442.593
Títulos emitidos por meio de securitização – (item (b))	4.502.385	3.925.938
Subtotal	8.691.016	7.368.531
Certificados de operações estruturadas	3.836.526	3.847.681
Total geral	254.255.944	244.966.258

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Desde 2003, o Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidade de Propósito Específico (EPE). Essa EPE, denominada *International Diversified Payment Rights Company*, é financiada com obrigações de longo prazo e liquidada por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente, compreendem fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Bradesco atua como pagador.

Os títulos de longo prazo, emitidos pela EPE e vendidos a investidores, são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento, recebidos pela EPE, devem ser mantidos em conta bancária específica até que um determinado nível mínimo seja atingido.

c) Movimentação líquida de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial no período	244.966.258	222.257.328
Emissões	30.492.604	34.800.557
Juros	13.485.186	14.122.652
Liquidação e pagamentos de juros	(35.802.171)	(42.617.226)
Variação cambial	1.114.067	646.276
Saldo final em 30 de junho	254.255.944	229.209.587

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição das dívidas subordinadas

Vencimento	R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
No País:				
Letras Financeiras:				
2024	7	4.200	8.073	133.720
2025	7	3.871.906	6.291.270	5.952.305
2027	7	401.060	602.229	566.936
2024	8	10.741	27.967	277.420
2025	8	3.328.102	3.666.543	3.669.281
2026	8	694.800	1.127.115	1.066.237
2028	8	55.437	83.302	78.390
2030	8	2.368.200	3.162.695	2.976.339
2024	9	1.000	3.209	10.634
2025	9	362.212	715.448	677.550
2027	9	89.700	155.110	146.531
2025	10	178.937	606.805	959.846
2026	10	196.196	536.469	501.506
2027	10	256.243	497.833	472.023
2028	10	248.300	478.803	451.350
2030	10	134.500	200.046	190.207
2031	10	7.270.000	10.617.963	9.973.583
2032	10	5.378.500	7.141.233	6.714.453
2033	10	531.000	593.165	557.446
2026	11	2.500	4.070	4.133
2027	11	47.046	97.166	91.696
2028	11	74.764	151.565	143.520
Perpétua	-	13.798.555	14.483.213	14.722.748
Total geral (1)			51.251.292	50.337.854

(1) Inclui o montante de R\$ 40.060.722 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 39.279.827 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como “Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital” para fins de capital regulamentar.

b) Movimentação líquida das dívidas subordinadas

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial no período	50.337.854	52.241.332
Emissões	-	531.000
Juros	3.086.079	3.591.385
Liquidação e pagamentos de juros	(2.172.641)	(6.902.252)
Saldo final em 30 de junho	51.251.292	49.461.465

21) CONTRATOS DE SEGUROS

a) Passivos de contratos de seguros

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Passivo de cobertura remanescente	345.954.658	331.148.632
- Abordagem de alocação de prêmios	3.140.312	3.256.881
Modelo geral/ abordagem de taxa variável	342.814.346	327.891.751
- Valor presente dos fluxos de caixa futuros	316.553.142	301.644.946
- Ajuste do risco não financeiro	1.751.601	1.832.047
- Margem de cobertura de seguros	24.509.603	24.414.758
Passivo de sinistros incorridos	15.247.754	13.643.590
- Melhor estimativa do passivo	14.685.993	13.150.546
- Ajuste do risco não financeiro	561.761	493.044
Total dos passivos de contrato de seguros	361.202.412	344.792.222

b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)/abordagem de taxa variável (VFA)

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	400.441.568	34.617.596	435.059.164	388.031.144	36.009.806	424.040.950
- Fluxos de caixa de aquisição	3.457.773	76.986	3.534.759	3.318.639	72.598	3.391.237
- Sinistros e outras despesas diretamente atribuíveis	396.983.795	34.540.610	431.524.405	384.712.505	35.937.208	420.649.713
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(112.382.483)	(6.123.539)	(118.506.022)	(115.748.997)	(6.647.007)	(122.396.004)
Ajuste de risco não financeiro	931.871	819.730	1.751.601	994.571	837.476	1.832.047
Margem de cobertura de seguros	24.001.087	508.516	24.509.603	23.928.554	486.204	24.414.758
Total de cobertura remanescente do modelo geral/modelo de taxa variável	312.992.043	29.822.303	342.814.346	297.205.272	30.686.479	327.891.751

c) Realização da margem de cobertura de seguros

	R\$ mil						Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	2.863.191	2.284.044	1.819.368	1.553.517	1.341.399	14.648.085	24.509.604
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 30 de junho de 2024	2.863.191	2.284.044	1.819.368	1.553.517	1.341.399	14.648.085	24.509.604
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	2.489.957	2.423.170	1.883.419	1.624.982	1.405.499	14.587.731	24.414.758
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2023	2.489.957	2.423.170	1.883.419	1.624.982	1.405.499	14.587.731	24.414.758

d) Movimentação dos passivos de contratos de seguros

Valores reconhecidos para cobertura remanescente e sinistros incorridos	R\$ mil								
	Passivo por Cobertura Remanescente			Passivo de sinistros incorridos (PSI) - Modelo geral/abordagem de taxa variável (BBA/VFA)			Passivo de sinistros incorridos (PSI) - Abordagem de alocação de prêmios (PAA)		
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Total passivo por Cobertura Remanescente	Valor presente do fluxo de caixa futuro (VP FCF)	Ajuste de risco (RA)	Total passivo de sinistros incorridos - BBA e VFA	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Total passivo de sinistros incorridos - PAA
Saldo inicial em 1º de janeiro	324.510.532	6.638.099	331.148.631	1.302.911	71.948	1.374.859	11.847.674	421.058	12.268.732
Receitas de seguros	(28.224.060)	-	(28.224.060)	-	-	-	-	-	-
- Contratos pelo método retrospectivo total	(25.731.073)	-	(25.731.073)	-	-	-	-	-	-
- Contratos pelo método do valor justo	(2.492.987)	-	(2.492.987)	-	-	-	-	-	-
Despesas de seguros	-	224.299	224.299	282.796	4.550	287.346	902.801	60.609	963.410
- Liberação referente aos passivos de sinistros incorridos	-	-	-	(1.270.076)	(27.519)	(1.297.595)	(14.014.611)	(281.776)	(14.296.387)
- Constituição referente a passivos de sinistros incorridos	-	-	-	1.552.872	32.069	1.584.941	14.917.412	342.385	15.259.797
- Constituição de contratos onerosos	-	224.299	224.299	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	10.770.160	-	10.770.160	55.796	3.408	59.204	431.789	15.748	447.537
- Despesas financeiras de contratos de seguro	10.770.160	-	10.770.160	55.796	3.408	59.204	431.789	15.748	447.537
Total de mudanças na demonstração do resultado abrangente	(1.581.954)	-	(1.581.954)	(16.487)	(1.796)	(18.283)	(121.286)	(13.765)	(135.051)
Contratos reconhecidos no período	56.349.480	-	56.349.480	-	-	-	-	-	-
Fluxos de caixa	(22.731.898)	-	(22.731.898)	-	-	-	-	-	-
- Prêmios recebidos e componente de investimento	(16.285.249)	-	(16.285.249)	-	-	-	-	-	-
- Fluxo de caixa de aquisição	(115.287)	-	(115.287)	-	-	-	-	-	-
- Ajuste de experiência	(6.331.362)	-	(6.331.362)	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 30 de junho de 2024	339.092.260	6.862.398	345.954.658	1.625.016	78.110	1.703.126	13.060.978	483.650	13.544.628

Valores reconhecidos para cobertura remanescente e sinistros incorridos	R\$ mil								
	Passivo por Cobertura Remanescente			Passivo de sinistros incorridos (PSI) - Modelo geral/abordagem de taxa variável (BBA/VFA)			Passivo de sinistros incorridos (PSI) - Abordagem de alocação de prêmios (PAA)		
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Total passivo por Cobertura Remanescente	Valor presente do fluxo de caixa futuro (VP FCF)	Ajuste de risco (RA)	Total passivo de sinistros incorridos - BBA e VFA	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Total passivo de sinistros incorridos - PAA
Saldo inicial em 1º de janeiro	286.301.736	6.220.387	292.522.123	2.043.562	52.340	2.095.902	9.888.451	249.489	10.137.940
Receitas de seguros	(25.339.604)	-	(25.339.604)	-	-	-	-	-	-
- Contratos pelo método retrospectivo total	(22.843.617)	-	(22.843.617)	-	-	-	-	-	-
- Contratos pelo método do valor justo	(2.495.987)	-	(2.495.987)	-	-	-	-	-	-
Despesas de seguros	-	(202.356)	(202.356)	(652.790)	(13.934)	(666.724)	1.441.674	49.573	1.491.247
- Liberação referente aos passivos de sinistros incorridos	-	-	-	(1.401.661)	(35.681)	(1.437.342)	(10.719.786)	(270.035)	(10.989.821)
- Constituição referente a passivos de sinistros incorridos	-	-	-	748.871	21.747	770.618	12.161.460	319.608	12.481.068
- Recuperações de contratos onerosos	-	(202.356)	(202.356)	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	9.309.684	24.743	9.334.427	67.484	1.836	69.320	353.943	8.953	362.896
- Despesas financeiras de contratos de seguro	9.309.684	24.743	9.334.427	67.484	1.836	69.320	353.943	8.953	362.896
Total de mudanças na demonstração do resultado abrangente	386.839	-	386.839	7.602	300	7.902	37.479	631	38.110
Contratos reconhecidos no período	54.022.600	71.901	54.094.501	-	-	-	-	-	-
Fluxos de caixa	(21.656.512)	670.023	(20.986.489)	-	-	-	-	-	-
- Prêmios recebidos e componente de investimento	(16.018.139)	-	(16.018.139)	-	-	-	-	-	-
- Fluxo de caixa de aquisição	(121.158)	-	(121.158)	-	-	-	-	-	-
- Ajuste de experiência	(5.517.215)	670.023	(4.847.192)	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 30 de junho de 2023	303.024.743	6.784.698	309.809.441	1.465.858	40.542	1.506.400	11.721.547	308.646	12.030.193

e) Movimentação das reservas – Modelo geral/abordagem de taxa variável (BBA/VFA)

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2024			Em 30 de junho de 2023		
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)
Saldo inicial em 1º de janeiro	301.644.946	1.832.047	24.414.758	264.487.571	1.892.919	22.162.317
Mudanças relacionadas ao período atual	(90.455)	(78.383)	(1.780.021)	(93.306)	(84.703)	(1.463.971)
- Margem de cobertura reconhecidas no período	-	-	(1.780.021)	-	-	(1.463.971)
- Mudanças no ajuste de risco reconhecidas no período	-	(78.383)	-	-	(84.703)	-
- Ajuste de Experiência	(90.455)	-	-	(93.306)	-	-
Mudanças relacionadas aos períodos futuros	23.900.093	(64.236)	1.443.954	23.251.839	94.279	3.177.086
- Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	(4.449.718)	(89.150)	4.769.651	(12.069.339)	(5.779)	1.405.234
- Mudanças nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros	(1.546.712)	(48.000)	-	9.313.752	7.445	-
- Ajuste de experiência	-	-	(6.212.748)	-	-	(2.867.605)
- Contratos inicialmente reconhecidos no período	29.896.523	72.914	2.887.051	26.007.426	92.613	4.639.457
Resultado de seguro	23.809.638	(142.619)	(336.067)	23.158.533	9.576	1.713.115
Despesas financeiras totais	10.282.778	62.172	430.913	8.891.770	70.003	362.853
- Despesas financeiras de contratos de seguro	10.282.778	62.172	430.913	8.891.770	70.003	362.853
Fluxos de caixa estimados	(19.184.220)	-	-	(16.771.143)	-	-
- Prêmios recebidos	(16.285.249)	-	-	(14.034.414)	-	-
- Sinistros e outras despesas de seguros	(2.783.684)	-	-	(2.615.570)	-	-
- Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(115.287)	-	-	(121.159)	-	-
Saldo final em 30 de junho	316.553.142	1.751.600	24.509.604	279.766.731	1.972.498	24.238.285

f) Margem de cobertura de seguros

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2024			Em 30 de junho de 2023		
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Total	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	11.313.528	13.101.230	24.414.758	11.186.865	10.975.452	22.162.317
Mudanças em relação ao período atual	(684.588)	(1.095.433)	(1.780.021)	(631.276)	(832.695)	(1.463.971)
- Margem de cobertura de seguros reconhecidos no período	(684.588)	(1.095.433)	(1.780.021)	(631.276)	(832.695)	(1.463.971)
Mudanças em relação aos períodos futuros	(627.869)	2.071.823	1.443.954	1.538.850	1.638.236	3.177.086
- Contratos inicialmente reconhecidos	60.160	2.826.891	2.887.051	90.534	4.548.923	4.639.457
- Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	(688.029)	(755.068)	(1.443.097)	1.448.316	(2.910.687)	(1.462.371)
Resultado de Seguros	(1.312.457)	976.390	(336.067)	907.574	805.541	1.713.115
Despesas financeiras de contratos de seguro	41.581	389.332	430.913	44.027	318.826	362.853
Saldo final em 30 de junho	10.042.652	14.466.952	24.509.604	12.138.466	12.099.819	24.238.285

g) Movimentação de outros resultados abrangentes

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.265.455	2.385.912
Mudanças no outros resultados abrangentes	1.040.812	(259.133)
Receitas e despesas reconhecidas no período em Outros resultados abrangentes	1.735.288	(432.852)
Imposto diferido	(694.476)	173.719
Saldo final em 30 de junho	2.306.267	2.126.779

h) Receita de seguros

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023
Valores relacionados a mudanças nas responsabilidades por cobertura remanescente (PCR)	27.812.288	24.661.515
Saídas referentes a contratos do modelo geral	2.476.554	2.349.363
Mudança no ajuste de risco não financeiro	78.383	84.703
Margem de cobertura de seguros reconhecidos para modelo geral e taxa variável	1.368.249	607.098
Saídas referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	23.889.102	21.620.351
Receita de Seguro	27.812.288	24.661.515

i) Despesa financeira de seguros

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023
Mudanças na obrigação de pagar decorrente do retorno de investimento	(3.057.495)	(6.955.745)
Acreditação de juros	(11.276.901)	(9.741.900)
Valores reconhecidos no resultado	(14.334.396)	(16.697.645)
Efeito das variações nas taxas de juros	1.735.288	(432.851)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.735.288	(432.851)
Despesas financeiras de contratos de seguro emitidos	(12.599.108)	(17.130.496)

j) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Ocorrência/Pagamento	R\$ mil									
	Ano de pagamento 1	Ano de pagamento 2	Ano de pagamento 3	Ano de pagamento 4	Ano de pagamento 5	Ano de pagamento 6	Ano de pagamento 7	Ano de pagamento 8	Ano de pagamento 9	Ano de pagamento 10
Ano de ocorrência 1	3.077.078	3.548.635	3.287.545	3.263.468	3.286.827	3.300.605	3.310.946	3.316.036	3.327.024	3.335.751
Ano de ocorrência 2	3.287.686	3.519.723	3.210.536	3.218.905	3.240.070	3.253.269	3.261.084	3.263.799	3.272.988	-
Ano de ocorrência 3	3.413.789	3.761.039	3.401.308	3.406.944	3.424.883	3.451.037	3.444.676	3.449.630	-	-
Ano de ocorrência 4	3.419.115	3.665.461	3.382.716	3.380.308	3.402.283	3.414.600	3.423.229	-	-	-
Ano de ocorrência 5	3.069.886	3.391.891	3.103.968	3.108.219	3.120.819	3.128.572	-	-	-	-
Ano de ocorrência 6	3.079.162	3.459.556	3.121.152	3.134.109	3.144.740	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 7	3.682.926	4.080.477	3.478.417	3.459.693	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 8	28.647.784	5.346.339	4.601.558	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 9	33.531.580	5.463.903	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 10	26.288.549	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados até a data base	26.288.549	5.463.903	4.601.558	3.459.693	3.144.740	3.128.572	3.423.229	3.449.630	3.272.988	3.335.751
Estimativa dos sinistros até a data base	38.872.344	6.774.939	5.149.354	3.792.985	3.324.189	3.256.527	3.524.354	3.528.062	3.327.733	3.335.751
Sinistros estimados a pagar até a data base	12.583.795	1.311.036	547.796	333.292	179.449	127.955	101.125	78.432	54.745	-

R\$ mil	
Sinistros estimados a pagar	15.317.625
Ajuste ao valor presente	(1.242.028)
Ajuste pelo risco não financeiro	263.927
Outras estimativas	908.230
Passivo para sinistros incorridos em 30 de junho de 2024	15.247.754

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no

combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidas condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém suspenso o andamento de todos os processos sem julgamento definitivo, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III - Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R\$ 3.183.929 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 3.099.917 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.927.043 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.954.679 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;
- PIS e Cofins – R\$ 792.689 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 754.518 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços); e
- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 514.004 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 500.775 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao

Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Provisões segregadas por natureza

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Processos trabalhistas	3.404.617	4.622.138
Processos cíveis	8.250.279	8.587.613
Provisão para riscos fiscais	7.175.321	7.059.304
Total	18.830.217	20.269.055

V - Movimentação das outras provisões

	R\$ mil		
	Trabalhista	Cível	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.009.966	7.989.207	7.477.364
Atualização monetária	337.269	249.998	237.687
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	616.507	1.129.333	(643.113)
Pagamentos	(1.429.385)	(1.792.075)	(299.276)
Saldos em 30 de junho de 2023	5.534.357	7.576.463	6.772.662
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.622.138	8.587.613	7.059.304
Atualização monetária	229.844	229.520	197.322
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	842.612	1.253.895	(65.900)
Pagamentos	(2.289.977)	(1.820.749)	(15.405)
Saldos em 30 de junho de 2024	3.404.617	8.250.279	7.175.321

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2024, R\$ 10.969.770 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 9.977.528 mil) para os processos cíveis e R\$ 47.825.046 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 46.704.117 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 11.860.111 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 11.475.238 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;

- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R\$ 9.685.146 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 9.460.147 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2020 – R\$ 9.345.579 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 9.105.361 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R\$ 3.197.530 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 3.093.382 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 1.881.562 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.796.192 mil): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- ISSQN – Empresas de Arrendamento Mercantil – R\$ 1.750.916 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.790.997 mil): se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma de lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 1.378.151 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.340.697 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2013 – R\$ 509.322 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 813.806 mil): sobre lucro de empresas controladas domiciliadas no exterior;
- Juros Sobre Capital Próprio (TJLP) – Ano base 2019 – R\$ 189.037 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 181.038 mil): autuações de IRPJ/CSLL relativas ao ano de 2019 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio (TJLP); e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 188.289 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 183.904 mil): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

d) Outros assuntos

Atualmente há um processo criminal contra dois ex-membros da diretoria do Bradesco, que tramita na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, decorrente da chamada Operação Zelotes, investigação da alegada atuação indevida de membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Há sentença absolutória dos dois ex-membros da diretoria do Bradesco, pendente de trânsito em julgado.

23) OUTROS PASSIVOS

a) Outros passivos

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Passivos financeiros	100.160.880	82.619.532
Operações de cartões de crédito (1)	30.436.073	30.582.224
Operações de câmbio (2)	46.006.875	28.301.211
Obrigações com cessões de crédito	3.676.875	4.201.705
Planos de capitalização	9.342.726	9.200.285
Negociação e intermediação de valores	6.780.475	6.714.714
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 23b)	3.917.856	3.619.393
Outros passivos	52.062.507	47.924.619
Recursos em trânsito de terceiros (3)	8.036.226	7.794.465
Provisão para pagamentos a efetuar	11.201.778	11.703.242
Credores diversos	6.423.152	5.740.511
Sociais e estatutárias	4.426.798	6.696.788
Outros impostos a pagar	1.557.795	2.144.388
Obrigações por aquisição de bens e direitos	499.533	449.814
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.096.628	939.724
Obrigações por cotas de fundos de investimento	3.209.593	4.120.052
Outros	10.611.004	8.335.635
Total	152.223.387	130.544.151

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio; e

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas no país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior.

b) Passivo de arrendamento

R\$ mil	
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	4.596.412
Remensuração e novos contratos	53.560
Pagamentos	(842.365)
Apropriação de encargos financeiros	474.246
Variação cambial	13.097
Saldo final em 30 de junho de 2023	4.294.950
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	3.619.393
Remensuração e novos contratos	739.077
Pagamentos	(730.758)
Apropriação de encargos financeiros	267.156
Variação cambial	22.988
Saldo final em 30 de junho de 2024	3.917.856

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 30 de junho de 2024 está dividido da seguinte forma: R\$ 868.692 mil até 1 ano (R\$ 983.660 mil até 1 ano em dezembro de 2023), R\$ 2.355.697 mil entre 1 a 5 anos (R\$ 2.938.012 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2023) e R\$ 339.677 mil com mais de 5 anos (R\$ 453.272 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2023).

Impactos no resultado

O impacto no resultado no semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 346.135 mil (R\$ 384.113 mil em 2023), Despesas financeiras – R\$ 267.156 mil (R\$ 474.246 mil em 2023) e Despesas de variação cambial – R\$ 22.988 mil (R\$ 13.097 mil em 2023).

As despesas no semestre findo em 30 de junho de 2024 com contratos de curto prazo foram de R\$ 198 mil (R\$ 563 mil em 2023).

24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	317.809.967	299.288.995
Beneficiários e garantias prestadas (2)	110.448.682	105.816.558
Créditos abertos para importação	1.084.210	439.463
Total	429.342.859	405.545.016

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e
(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital e direitos dos acionistas****i. Composição do Capital Social em quantidade de ações**

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ordinárias	5.312.258.681	5.330.304.681
Preferenciais	5.295.833.947	5.311.865.547
Subtotal	10.608.092.628	10.642.170.228
Em tesouraria (ordinárias)	(18.046.000)	-
Em tesouraria (preferenciais)	(16.031.600)	-
Total em circulação	10.574.015.028	10.642.170.228

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no mercado brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no mercado internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madri – Espanha.

b) Reservas**Reservas de capital**

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, (conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

A distribuição do resultado é calculada sobre o lucro societário, conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em reunião do Conselho de Administração de 6 de junho de 2024, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2024, no valor de R\$ 4.000.000 mil, sendo R\$ 0,359141 por ação ordinária e R\$ 0,395055 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de janeiro de 2025.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2024, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	8.926.791	
(-) Reserva legal	446.340	
Base de cálculo ajustada	8.480.451	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	1.154.882	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	4.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	170.129	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(798.752)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2024	4.526.259	53,37
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2023	4.906.775	58,71

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor pago bruto	IRRF (15%)	Valor pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.156.402	173.460	982.942
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,178997	0,196897	2.000.000	300.000	1.700.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,234153	0,257568	2.616.274	392.441	2.223.833
Total acumulado em 30 de junho de 2023	0,516649	0,568314	5.772.676	865.901	4.906.775
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.154.882	173.233	981.649
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,359141	0,395055	4.000.000	600.000	3.400.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,015275	0,016803	170.129	25.519	144.610
Total acumulado em 30 de junho de 2024	0,477915	0,525707	5.325.011	798.752	4.526.259

(1) A serem pagos até 31 de janeiro de 2025.

d) Ações em tesouraria

Em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 07 de novembro de 2023 a 07 de maio de 2025, até 106.584.881 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 30 de junho de 2024, permaneciam em tesouraria 18.046.000 ações ordinárias e 16.031.600 ações preferenciais, no montante de R\$ 442.735 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 11,98, R\$ 12,39 e R\$ 12,61 e por ação PN é de R\$ 13,32, R\$ 13,67 e R\$ 13,97 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2024, era de R\$ 11,19 por ação ON e R\$12,38 por ação PN.

26) LUCRO POR AÇÃO**a) Lucro por ação básico**

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	3.922.427	4.495.002
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	4.314.670	4.921.213
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.319.026	5.330.305
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.301.864	5.311.866
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	0,74	0,84
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	0,81	0,93

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Receita de juros e similares				
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6.574.300	6.253.819	14.339.570	13.094.821
Empréstimos e adiantamentos a clientes:				
- Operações de crédito	24.853.842	26.003.578	48.363.490	52.201.160
- Operações de arrendamento mercantil	170.730	145.109	332.871	275.833
Ativos financeiros:				
- Ao valor justo por meio do resultado	6.702.399	7.587.686	16.557.794	17.715.682
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.769.341	3.864.412	10.572.649	10.831.419
- Ao custo amortizado	5.402.537	6.449.550	11.008.245	11.607.600
Depósitos compulsórios no Banco Central	2.166.087	2.438.091	4.387.578	4.831.925
Outras receitas financeiras de juros	5.348	4.465	10.570	9.497
Total	51.644.584	52.746.710	105.572.767	110.567.937
Despesa de juros e similares				
Recursos de instituições financeiras:				
- Depósitos interfinanceiros	(263.304)	(751.927)	(565.135)	(868.205)
- Captação no mercado aberto	(6.771.257)	(7.755.063)	(14.180.988)	(15.817.782)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(2.171.883)	(1.349.941)	(3.563.002)	(2.954.303)
Recursos de clientes:				
- Poupança	(1.983.036)	(2.283.782)	(3.890.066)	(4.650.121)
- A prazo	(8.654.033)	(10.486.798)	(17.837.948)	(20.637.546)
Recursos de emissão de títulos	(6.425.258)	(7.036.239)	(13.126.002)	(14.316.874)
Dívidas subordinadas	(1.522.261)	(1.749.956)	(3.086.079)	(3.591.385)
Passivos de contatos de seguros	(6.605.575)	(8.117.465)	(13.871.277)	(15.956.138)
Provisões técnicas de capitalização	(161.899)	(183.840)	(315.720)	(373.216)
Total	(34.558.506)	(39.715.011)	(70.436.217)	(79.165.570)
Resultado líquido de juros	17.086.078	13.031.699	35.136.550	31.402.367

28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Resultado líquido de serviços e comissões				
Rendas de cartões	2.399.737	2.344.465	4.777.459	4.690.624
Contas correntes	1.726.339	1.793.619	3.396.720	3.641.094
Cobrança	389.886	438.258	783.966	886.438
Garantias prestadas	329.156	278.777	644.618	561.627
Administração de fundos	334.718	389.882	642.764	687.618
Administração de consórcios	637.714	524.920	1.285.848	1.095.114
Serviços de custódia e corretagem	344.046	308.162	685.931	613.580
Mercado de capitais / Assessoria financeira	474.961	245.511	680.021	390.995
Arrecadações	99.500	108.795	209.474	219.859
Outras	77.947	284.548	94.770	576.037
Total	6.814.004	6.716.937	13.201.571	13.362.986

29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	(932.420)	3.087.716	(1.311.830)	1.302.107
Instrumentos financeiros derivativos	(102.280)	327.943	(796.016)	1.680.897
Total	(1.034.700)	3.415.659	(2.107.846)	2.983.004

30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa.

31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consiste, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Receita dos contratos PAA	11.977.248	10.957.083	23.889.102	21.620.351
Receita dos contratos BBA	1.724.960	1.557.140	3.402.114	3.036.255
Receita de Contratos VFA	266.873	2.170	521.072	4.909
Receita de seguros	13.969.081	12.516.393	27.812.288	24.661.515
Sinistros ocorridos	(9.954.240)	(10.081.821)	(20.229.585)	(19.627.591)
Custos de aquisição	(955.436)	(949.475)	(1.909.050)	(1.860.690)
Despesas administrativas	(884.669)	(777.093)	(1.774.148)	(1.649.712)
Contratos onerosos	(256.023)	(35.952)	(232.320)	(82.206)
Despesas de contratos de seguros	(12.050.368)	(11.844.341)	(24.145.103)	(23.220.199)
Resultado de seguros	1.918.713	672.052	3.667.185	1.441.316
Resultado de resseguros	21.818	(8.552)	20.153	(16.515)
Resultado de seguros e previdência	1.940.531	663.500	3.687.338	1.424.801

33) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Proventos	(2.646.348)	(2.535.423)	(5.247.804)	(5.016.405)
Benefícios	(1.360.639)	(1.272.670)	(2.749.739)	(2.580.903)
Encargos sociais	(952.824)	(916.944)	(1.877.867)	(1.830.354)
Participação dos empregados nos lucros	(346.338)	(347.029)	(680.368)	(766.941)
Treinamentos	(53.542)	(18.316)	(78.799)	(37.523)
Total	(5.359.691)	(5.090.382)	(10.634.577)	(10.232.126)

34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros	(1.339.728)	(1.307.127)	(2.344.473)	(2.242.838)
Comunicação	(165.974)	(220.051)	(348.472)	(458.750)
Processamento de dados	(594.162)	(546.438)	(1.197.086)	(1.107.033)
Propaganda, promoções e publicidade	(261.640)	(224.152)	(492.794)	(450.238)
Manutenção e conservação de bens	(346.339)	(330.647)	(693.751)	(647.956)
Sistema financeiro	(133.802)	(310.065)	(668.161)	(722.570)
Aluguéis	(22.461)	(2.214)	(38.696)	(21.918)
Segurança e vigilância	(138.269)	(147.402)	(281.909)	(298.225)
Transporte	(182.985)	(177.387)	(364.364)	(363.894)
Água, energia e gás	(92.517)	(82.849)	(188.245)	(169.826)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(203.144)	(192.722)	(404.102)	(381.028)
Materiais	(35.342)	(30.711)	(68.142)	(58.777)
Viagens	(37.779)	(28.437)	(61.557)	(48.190)
Outras	(430.287)	(482.091)	(745.955)	(862.953)
Total	(3.984.429)	(4.082.293)	(7.897.707)	(7.834.196)

35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Despesa com amortização	(901.329)	(863.429)	(1.796.177)	(1.759.744)
Despesa com depreciação	(647.523)	(640.493)	(1.271.932)	(1.313.582)
Total	(1.548.852)	(1.503.922)	(3.068.109)	(3.073.326)

36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Despesas tributárias	(1.592.750)	(1.891.310)	(3.298.134)	(3.712.175)
Despesas com provisões judiciais	(1.274.796)	(1.368.527)	(2.690.991)	(1.935.268)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido	23.601	32.321	31.008	77.354
Despesas com comercialização de cartões	(1.052.588)	(838.527)	(2.108.044)	(1.704.218)
Outras	(364.262)	338.677	435.341	1.570.413
Total	(4.260.795)	(3.727.366)	(7.630.820)	(5.703.894)

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.728.810	3.050.941	8.029.274	9.326.529
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(1.677.964)	(1.372.923)	(3.613.173)	(4.196.938)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em coligadas e <i>joint ventures</i>	210.528	298.697	419.398	476.897
Juros sobre o capital próprio	1.219.228	1.302.625	2.396.255	2.597.704
Outros valores (1)	704.805	791.925	1.156.421	1.340.883
Imposto de renda e contribuição social do período	456.597	1.020.324	358.901	218.546
Alíquota efetiva	12,2%	33,4%	4,5%	2,3%

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos	(560.647)	(690.604)	(3.523.652)	(4.323.659)
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	868.103	1.524.730	3.935.670	4.641.131
Utilização de saldos iniciais de:				
Base negativa de contribuição social	77.791	55.314	(103.999)	(186.063)
Prejuízo fiscal	90.717	73.161	(129.405)	(229.825)
Constituição sobre:				
Base negativa de contribuição social	(21.982)	19.722	52.302	122.294
Prejuízo fiscal	2.615	38.001	127.985	194.668
Total dos impostos diferidos	1.017.244	1.710.928	3.882.553	4.542.205
Imposto de renda e contribuição social	456.597	1.020.324	358.901	218.546

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	59.099.785	7.991.373	(2.417.461)	64.673.697
Provisões cíveis	3.778.419	198.921	(356.107)	3.621.233
Provisões fiscais	3.241.356	139.244	(67.896)	3.312.704
Provisões trabalhistas	2.068.011	135.769	(679.532)	1.524.248
Impairment de títulos e investimentos	3.249.695	294.630	(448.764)	3.095.561
Ativos não financeiros mantidos para venda	735.678	102.891	(133.871)	704.698
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	270.017	92.312	(247.221)	115.108
Ágio amortizado	403.841	8.213	(11.841)	400.213
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	76.561	-	76.561
Outros	5.356.240	1.509.025	(1.404.604)	5.460.661
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	78.203.042	10.548.939	(5.767.297)	82.984.684
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.893.423	180.287	(233.404)	18.840.306
Subtotal	97.096.465	10.729.226	(6.000.701)	101.824.990
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.180.023	2.438.148	(143.211)	3.474.960
Total dos créditos tributários (1)	98.276.488	13.167.374	(6.143.912)	105.299.950
Obrigações fiscais diferidas (1)	7.365.091	1.670.946	(824.974)	8.211.063
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	90.911.397	11.496.428	(5.318.938)	97.088.887

	R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2023
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	51.069.942	8.732.086	(6.075.784)	53.726.244
Provisões cíveis	3.509.401	281.115	(467.795)	3.322.721
Provisões fiscais	3.262.369	144.102	(286.657)	3.119.814
Provisões trabalhistas	2.686.565	209.285	(420.802)	2.475.048
Impairment de títulos e investimentos	2.441.248	386.095	(94.229)	2.733.114
Ativos não financeiros mantidos para venda	761.800	105.742	(124.316)	743.226
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	80.520	478.635	(68.259)	490.896
Ágio amortizado	406.655	11.769	(11.885)	406.539
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	1.177.326	-	1.177.326
Outros	4.252.333	1.707.439	(1.013.424)	4.946.348
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	68.470.833	13.233.594	(8.563.151)	73.141.276
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	19.128.543	316.962	(415.888)	19.029.617
Subtotal	87.599.376	13.550.556	(8.979.039)	92.170.893
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.767.052	118.585	(2.991.840)	893.797
Total dos créditos tributários (1)	91.366.428	13.669.141	(11.970.879)	93.064.690
Obrigações fiscais diferidas (1)	8.785.135	1.174.214	(1.144.902)	8.814.447
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	82.581.293	12.494.927	(10.825.977)	84.250.243

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2024 foi de R\$ 7.374.625 mil (2023 - R\$ (5.755.476) mil).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 30 de junho de 2024 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2024	7.947.203	6.296.357	141.816	58.694	14.444.070
2025	4.595.850	3.618.961	121.463	64.467	8.400.741
2026	5.724.848	4.540.833	141.960	74.885	10.482.526
2027	2.962.026	2.332.516	149.013	88.006	5.531.561
2028	3.711.536	2.752.730	943.229	750.162	8.157.657
2029	6.107.739	4.867.663	189.072	177.152	11.341.626
2030	3.001.118	2.345.416	2.093.609	1.655.172	9.095.315
2031	2.799.719	2.224.422	2.243.976	1.786.863	9.054.980
2032	6.450.043	5.102.376	2.056.062	1.669.432	15.277.913
2033	3.161.969	2.441.359	2.108.801	2.326.472	10.038.601
Total	46.462.051	36.522.633	10.189.001	8.651.305	101.824.990

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, foram contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022.

e) Impostos diferidos passivos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 30 de junho de 2024
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.150.588	763.120	(762.662)	1.151.046
Superveniência de depreciação	616.829	117.963	-	734.792
Atualização de depósitos judiciais	1.787.400	123.506	(24.903)	1.886.003
Outros	3.810.274	666.357	(37.409)	4.439.222
Total dos impostos diferidos	7.365.091	1.670.946	(824.974)	8.211.063

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 30 de junho de 2023
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.310.556	248.275	(204.360)	1.354.471
Superveniência de depreciação	434.496	77.455	-	511.951
Atualização de depósitos judiciais	2.735.883	305.573	(248.668)	2.792.788
Outros	4.304.200	542.911	(691.874)	4.155.237
Total dos impostos diferidos	8.785.135	1.174.214	(1.144.902)	8.814.447

f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(9.495.393)	4.021.840	(5.473.553)	8.792.390	(3.725.426)	5.066.964
Conversão de subsidiária no exterior	481.585	(216.713)	264.872	21.664	(9.749)	11.915
Outros	1.892.369	(851.566)	1.040.803	(2.183.307)	982.488	(1.200.819)
Total	(7.121.438)	2.953.560	(4.167.878)	6.630.746	(2.752.686)	3.878.060

38) SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, Previdência Complementar e Capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações contábeis, que inclui a consolidação proporcional das coligadas e *joint ventures* e a não consolidação de fundos exclusivos. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de Seguros, Previdência Complementar e de Capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, Planos de Previdência Complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, possuímos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong), Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México) e o Bradesco Bank.

Nenhuma receita de transações com um único cliente ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização nos períodos de 2024 e 2023.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

	Em 30 de junho de 2024 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	82.467.190	17.609.057	164.437	(217.954)	100.022.730	(849.462)	(1.206.287)	6.295.861	104.262.842
Despesas da intermediação financeira (4)	(48.256.832)	(14.186.997)	-	217.957	(62.225.872)	226.982	2.224.062	(10.661.389)	(70.436.217)
Margem financeira	34.210.358	3.422.060	164.437	3	37.796.858	(622.480)	1.017.775	(4.365.528)	33.826.625
PDD	(16.769.555)	-	-	-	(16.769.555)	-	-	2.382.512	(14.387.043)
Resultado bruto da intermediação financeira	17.440.803	3.422.060	164.437	3	21.027.303	(622.480)	1.017.775	(1.983.016)	19.439.582
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	4.930.378	-	13.136	4.943.514	-	-	(860.391)	4.083.123
Receitas de prestação de serviços	17.140.660	932.554	16.401	(13.697)	18.075.918	(2.680.310)	(1.114.183)	(1.079.854)	13.201.571
Despesas de pessoal	(10.864.202)	(1.353.644)	(20.204)	-	(12.238.050)	470.988	-	1.132.485	(10.634.577)
Outras despesas administrativas (5)	(10.288.653)	(1.086.893)	(11.981)	186.712	(11.200.815)	459.510	(105.293)	(119.218)	(10.965.816)
Despesas tributárias	(3.038.800)	(692.195)	(8.093)	-	(3.739.088)	440.954	-	-	(3.298.134)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	84.697	79.761	-	-	164.458	767.003	-	535	931.996
IR/CS e Outras receitas/despesas	(5.777.554)	(2.085.087)	(57.654)	(186.154)	(8.106.449)	1.164.335	201.701	2.370.843	(4.369.570)
Lucro líquido em 30 de junho de 2024	4.696.951	4.146.934	82.906	-	8.926.791	-	-	(538.616)	8.388.175
Total do ativo	1.745.047.968	432.061.939	3.378.524	(125.970.321)	2.054.518.110	(8.415.280)	(56.973.966)	14.721.526	2.003.850.390
Investimentos em coligadas e joint ventures	75.523.281	3.286.876	1.269	(74.861.009)	3.950.417	6.584.993	-	(70.003)	10.465.407
Total do passivo	1.547.242.664	396.526.553	73.833	(51.109.312)	1.892.733.738	(8.415.280)	(56.973.966)	11.354.692	1.838.699.184

(1) Referem-se a: ajustes de exclusão dos efeitos da consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);

(2) Ajustes de consolidação de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 30 de junho de 2023 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	82.514.163	19.879.176	254.028	(346.130)	102.301.237	(1.335.927)	(1.299.063)	14.619.446	114.285.693
Despesas da intermediação financeira (4)	(48.811.180)	(16.329.354)	(11)	355.701	(64.784.844)	285.662	2.672.785	(17.339.173)	(79.165.570)
Margem financeira	33.702.983	3.549.822	254.017	9.571	37.516.393	(1.050.265)	1.373.722	(2.719.727)	35.120.123
PDD	(19.010.947)	-	-	-	(19.010.947)	-	-	4.213.337	(14.797.610)
Resultado bruto da intermediação financeira	14.692.036	3.549.822	254.017	9.571	18.505.446	(1.050.265)	1.373.722	1.493.610	20.322.513
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	4.396.695	-	16.287	4.412.982	-	-	(2.581.717)	1.831.265
Receitas de prestação de serviços	16.533.322	863.663	2.669	(16.609)	17.383.045	(2.606.397)	(938.826)	(474.836)	13.362.986
Despesas de pessoal	(10.444.957)	(1.262.484)	(15.554)	-	(11.722.995)	422.671	-	1.068.198	(10.232.126)
Outras despesas administrativas (5)	(10.154.473)	(967.382)	(7.681)	220.028	(10.909.508)	477.569	(226.301)	(249.282)	(10.907.522)
Despesas tributárias	(3.358.968)	(690.917)	(12.060)	-	(4.061.945)	349.770	-	-	(3.712.175)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	67.714	202.351	-	-	270.065	789.338	-	368	1.059.771
IR/CS e Outras receitas/despesas	(2.830.520)	(1.946.088)	(73.668)	(229.277)	(5.079.553)	1.617.314	(208.595)	1.491.197	(2.179.637)
Lucro líquido em 30 de junho de 2023	4.504.154	4.145.660	147.723	-	8.797.537	-	-	747.538	9.545.075
Total do ativo	1.603.177.059	391.765.881	4.024.505	(114.946.038)	1.884.021.407	(8.077.004)	(33.322.325)	20.766.436	1.863.388.514
Investimentos em coligadas e joint venture	69.396.118	3.158.318	1.100	(68.601.979)	3.953.557	5.445.318	-	(71.160)	9.327.715
Total do passivo	1.412.663.742	356.199.006	323.878	(46.344.059)	1.722.842.567	(8.077.004)	(33.322.325)	14.885.594	1.696.328.832

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, Crediare, etc.);

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Adicionalmente, atendendo ao disposto no artigo 11º da Resolução CMN 4.818, destacamos, conforme apresentado no quadro e nota (2) acima, os ajustes oriundos das diferenças existentes entre os critérios, procedimentos e regras utilizadas para a elaboração dos segmentos operacionais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen e o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB. Os principais ajustes no patrimônio líquido e resultado respectivamente são: (i) perdas esperadas de ativos financeiros – R\$ (236) milhões (2023 – R\$ 151 milhões) – R\$ (387) milhões (2023 – R\$ 1.556 milhões); (ii) modelos de negócio/taxa efetiva de juros/outros – R\$ (234) milhões (2023 – R\$ 1.691 milhões) – R\$ 172 milhões (2023 – R\$ (91) milhões); (iii) contratos de seguro – R\$ 273 milhões (2023 – R\$ (1.347) milhões) – R\$ (564) milhões (2023 – R\$ (940) milhões); e (iv) combinação de negócios – R\$ 4.743 milhões (2023 – R\$ 4.654 milhões) – R\$ 89 milhões (2023 – R\$ 93 milhões).

39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativo								
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	632.277	597.902	-	-	632.277	597.902
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	10	13	479.994	3.535.976	177.985	188.985	657.989	3.724.974
Passivo								
Recursos de clientes e instituições financeiras	5.063.591	3.730.162	3.222.288	971.846	523.326	521.191	8.809.205	5.223.199
Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas	21.161.091	19.045.768	-	-	732.145	1.324.020	21.893.236	20.369.788
Outros passivos (4)	1.366.999	2.298.873	12.417.409	13.392.843	9.281	1.801	13.793.689	15.693.517

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Resultado								
Resultado líquido de juros	(1.386.090)	(1.542.989)	31.938	(87.841)	(73.359)	(100.936)	(1.427.511)	(1.731.766)
Receita de prestação de serviços	66	80	77.584	117.843	45	125	77.695	118.048
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	51.255	43.501	(1.403.707)	(1.074.388)	(17.097)	(11.675)	(1.369.549)	(1.042.562)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 13;

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria; e

(4) Inclui juros sobre capital próprio.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2024, foi determinado o valor máximo de R\$618.177 mil para remuneração dos Administradores e de R\$605.000 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Proventos	124.542	156.506	244.879	312.786
Total	124.542	156.506	244.879	312.786

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil			
	2º trimestre		Acumulado em 30 de junho	
	2024	2023	2024	2023
Planos de previdência complementar de contribuição definida	134.211	149.860	265.051	295.008
Total	134.211	149.860	265.051	295.008

A Organização não possui benefícios de longo prazo ou de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ações ordinárias	0,33%	0,33%
Ações preferenciais	0,86%	0,83%
Total de ações (1)	0,60%	0,58%

(1) Em 30 de junho de 2024, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 1,81% de ações ordinárias, 0,89% de ações preferenciais e 1,35% do total de ações (Em 31 de dezembro de 2023 - 1,63% de ações ordinárias, 0,85% de ações preferenciais e 1,24% do total de ações).

40) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos da Organização podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, disponível no site de Relações com Investidores (www.bradescom.com.br – Informações ao Mercado – Gerenciamento de Riscos).

Escopo do Gerenciamento de Riscos

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos. Para tanto, a atuação da Organização é realizada por meio do modelo de três linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, além disso, são responsáveis pela execução dos controles, em resposta aos riscos, e/ou pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle interno, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de supervisão, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou monitoramento dos controles da primeira linha, além das atividades e responsabilidades associadas à validação independente de modelos. Nesta linha, destacam-se os Departamentos de Controle Integrado de Riscos, *Compliance*, Conduta e Ética, Jurídico, Segurança Corporativa, área de Avaliação Independente de Modelos, entre outros; e
- **Terceira linha**, representada pelo Departamento de Auditoria e Inspeção Geral, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Apetite a Riscos (*Risk*

Appetite Statement – RAS) é um importante instrumento que sintetiza a cultura de risco da Organização.

Ao mesmo tempo, a RAS enfatiza a existência de um processo eficaz de responsabilidades na gestão operacional de riscos e na execução das funções de controle, assim como para as ações mitigatórias, disciplinares, processos de escalonamento e notificação à Alta Administração quando da violação dos limites de risco ou processos de controles estabelecidos.

A Declaração de *Appetite a Riscos* é revisada anualmente¹, ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

A RAS reforça a disseminação da cultura de risco ao possibilitar o conhecimento dos principais aspectos do *appetite a riscos* da Organização a todos os seus membros.

Dimensões do *Appetite a Riscos*

Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais: Solvência, Liquidez, Rentabilidade, Crédito, Mercado, Operacional, Segurança Cibernética, Social, Ambiental, Climático, Reputação, Modelo e Riscos Qualitativos.

Estrutura de gerenciamento de risco e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Vice-Presidente de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

A Organização dispõe do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta, também, com os Comitês Executivos de: a) Acompanhamento de Riscos, b) Gerenciamento de Riscos, c) PLDFT/Sanções e Segurança da Informação/*Cyber*, existindo ainda o Comitê Executivo de Produtos, Serviços e Parcerias e os Comitês Executivos das áreas de negócios que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos para avaliação do Comitê de Riscos e deliberação do Conselho de Administração.

Adicionalmente, compete ao Comitê de Riscos, avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital.

O Conselho de Administração da Organização aprovou as informações divulgadas neste relatório a respeito da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.

¹ O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de *appetite* por riscos fixados na Declaração de *Appetite a Riscos* e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com um programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização.

No Programa de Testes de Estresse os cenários e resultados são validados pelo COGIRAC, avaliados pelo Comitê de Riscos e deliberados pelo Conselho de Administração, que também é o responsável pela aprovação do programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

40.1. Gerenciamento de capital

A Organização exerce a gestão de capital envolvendo as áreas de controle e de negócios, conforme orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e conta com uma estrutura de governança composta por Comissões, Comitês e tem como órgão máximo o Conselho de Administração.

O Departamento de Controladoria tem a responsabilidade de atender às determinações do Banco Central do Brasil, pertinentes às atividades de gerenciamento de capital e de subsidiar a Alta Administração com análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem com o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

Processo corporativo de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A Organização adota postura prospectiva, de 3 anos, ao elaborar o seu plano de capital, antecipando a necessidade de capital e estabelece procedimentos e ações de contingência a serem consideradas em cenários adversos, levando em consideração possíveis mudanças nas condições do ambiente regulatório, econômico e de negócios em que atua.

Para assegurar permanentemente uma composição sólida de capital no apoio ao desenvolvimento das suas atividades e garantir a adequada cobertura dos riscos incorridos, a organização mantém acompanhamento periódico de projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (*buffer*), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do *buffer* gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, tais como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada mediante a apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal do Conglomerado Prudencial (O

conglomerado prudencial inclui, principalmente, além das instituições pertencentes ao conglomerado financeiro, as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento e as sociedades que realizam aquisição de operações de crédito).

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR), Índices de Capital e Liquidez

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil	
	Basileia III	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	109.058.684	110.689.318
Nível I	123.541.897	125.412.066
Patrimônio de Referência - PR	149.119.407	149.969.145
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	978.879.473	947.737.574
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	11,1%	11,7%
Índice de Nível I	12,6%	13,2%
Índice de Basileia	15,2%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%	1,00%
ACP total (1)	3,50%	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	3,14%	3,68%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	1.807.551.019	1.714.042.678
RA	6,8%	7,3%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	227.634.031	248.691.252
Total de saídas líquidas de caixa	130.257.654	129.797.562
LCR	174,8%	191,6%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	954.446.998	934.324.784
Recursos estáveis requeridos (RSF)	784.717.405	737.181.037
NSFR	121,6%	126,7%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

40.2. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos,

instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse Bottom-Up). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

A partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229, de 2022.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento do Departamento de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, podemos citar a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do tamanho da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação no nível do Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, foi estabelecido indicador específico para o nível de inadimplência superior a 90 dias para PF, indicador para Ativos Problemáticos e um indicador de Margem de Capital Econômico de Risco de Crédito, com objetivo de monitorar e acompanhar o capital nas visões econômica e regulatória.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos

clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas pelos grupos econômicos/clientes da Organização é distribuída em uma escala de graduação em níveis, proporcionando maior aderência aos requisitos previstos no Acordo de Capital de Basileia, preservando os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional para constituição das provisões cabíveis.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes, definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, modalidade do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, apontamentos/restrições e valor do crédito contratado.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de Risco de Crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR. O Departamento assessora o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos, no qual são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste Comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Além do comitê, a área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para créditos de liquidação duvidosa, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	148.386.704	-	151.053.972	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6)	371.526.664	-	387.598.377	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	231.160.613	(139.040)	212.849.606	(136.884)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 10)	213.353.638	(18.212)	205.103.649	(990)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 11)	659.629.814	(45.236.355)	629.686.699	(50.184.880)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	176.751.623	(4.894.648)	180.352.343	(5.145.266)
Outros ativos financeiros (Nota 16)	82.024.943	-	56.958.860	-
Provisão para perda esperada				
Compromissos de Empréstimos (Nota 11 e 24)	318.894.177	(2.352.783)	299.728.458	(2.274.316)
Garantias financeiras (Nota 11 e 24)	110.448.682	(1.278.717)	105.816.558	(1.202.614)
Total da exposição	2.312.176.858	(53.919.755)	2.229.148.522	(58.944.950)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Concentração do risco de crédito

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Maior devedor	0,6%	1,1%
Dez maiores devedores	4,4%	5,0%
Vinte maiores devedores	7,1%	7,7%
Cinquenta maiores devedores	11,0%	11,4%
Cem maiores devedores	14,1%	14,4%

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2024	%	Em 31 de dezembro de 2023	%
Setor público	5.266.693	0,8	5.756.517	0,9
Petróleo, derivados e atividades agregadas	3.536.929	0,5	3.983.467	0,6
Energia elétrica	1.696.521	0,3	1.742.150	0,3
Demais setores	33.243	-	30.900	-
Setor privado	654.363.121	99,2	623.930.182	99,1
Pessoa jurídica	279.556.333	42,4	263.664.833	41,9
Atividades imobiliárias e construção	22.501.656	3,4	21.251.317	3,4
Varejo	33.597.963	5,1	37.908.281	6,0
Serviços	68.958.728	10,5	59.998.199	9,5
Transportes e concessão	24.802.104	3,8	28.194.418	4,5
Automobilística	6.970.304	1,1	6.735.346	1,1
Alimentícia	11.909.607	1,8	11.341.529	1,8
Atacado	18.778.390	2,8	16.329.368	2,6
Energia elétrica	5.506.490	0,8	6.321.360	1,0
Siderurgia e metalurgia	9.796.202	1,5	9.267.698	1,5
Açúcar e álcool	6.247.747	0,9	9.142.541	1,5
Demais Setores	70.487.142	10,7	57.174.776	9,1
Pessoa física	374.806.788	56,8	360.265.349	57,2
Total da carteira	659.629.814	100,0	629.686.699	100,0
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(45.236.355)		(50.184.880)	
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	614.393.459		579.501.819	

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (*netting*). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a

proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes.

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia
Pessoa Jurídica	284.823.026	147.221.336	269.421.350	141.547.243
Estágio 1	250.491.578	137.547.459	230.134.580	131.107.974
Estágio 2	7.483.123	4.388.991	12.538.317	4.806.138
Estágio 3	26.848.325	5.284.886	26.748.453	5.633.131
Pessoa Física	374.806.788	253.477.809	360.265.349	239.695.044
Estágio 1	319.467.209	226.427.739	298.686.536	210.647.223
Estágio 2	19.906.669	17.308.934	22.711.786	19.838.577
Estágio 3	35.432.910	9.741.136	38.867.027	9.209.244
Total	659.629.814	400.699.145	629.686.699	381.242.287

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R\$ 410.643.171 mil (Em dezembro 2023 - R\$ 389.063.079 mil) referem-se a operações sem garantias.

40.3. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução no 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e
- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - Δ EVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - Δ NII (*Net Interest Income*).

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR), *Economic Value of Equity* (EVE), *Net Interest Income* (NII) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pela área Econômica da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e conseqüentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o Delta EVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação na receita líquida de juros da Organização (margem bruta) em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Delta NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados ao Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos para reporte ou aprovação, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das bolsas de valores, mercadorias e futuros e mercados secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- **Comprometimento:** a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- **Frequência:** os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- **Formalismo:** a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- **Consistência:** o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização; e
- **Transparência:** assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente, o Departamento de Controle Integrado de Riscos - DCIR, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, e as posições da Carteira *Banking* e os

reportes de liquidez são tratados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos.

Em ambos os fóruns, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, os quais são revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer limite controlado pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, a diretoria da área de negócio responsável pela posição é informada do consumo do limite e tempestivamente o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é convocado para a tomada de decisão. Na situação em que o Comitê decida pelo aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para aprovação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna

A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

Hedge e utilização de derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pelo Departamento de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pelo Departamento de Tesouraria do Bradesco devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

O Bradesco mantém *hedges* de fluxo de caixa, vide maiores detalhes na nota 7.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

O Departamento de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo, aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, são apresentados as evoluções da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira – Carteira *Trading* (Valor Justo)

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	46.963.396	27.940.852	74.840.828	56.337.018
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	17.053.800	13.463.074	14.938.784	10.822.907
Cupom cambial	1.032.974	988.026	1.195.092	963.862
Moedas estrangeiras	8.537.463	9.089.501	6.263.810	6.391.302
Renda variável	9.901.842	9.931.900	7.549.052	5.926.077
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	11.265.481	8.545.737	8.664.699	7.497.824
Outros	1.241.243	196.216	1.735.873	400.706
Total	95.996.199	70.155.305	115.188.138	88.339.696

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR da Carteira *Trading*, líquido de efeitos fiscais e com o horizonte de 1 dia, foi de R\$ 17.503 mil, no final do segundo trimestre de 2024 tendo o fator de risco IGP-M/IPCA como a maior participação no risco da Carteira.

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Prefixado	6.553	3.010
IGP-M / IPCA	8.610	7.671
Cupom cambial	53	311
Moedas estrangeiras	4.592	2.507
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	4.921	2.003
Renda variável	1.573	3.283
Outros	3.261	2.340
Efeito correlação/diversificação	(12.058)	(13.657)
VaR no final do ano	17.503	7.468
VaR médio no ano	20.418	14.916
VaR mínimo no ano	7.866	4.982
VaR máximo no ano	34.721	45.150

VaR Modelo Interno – Carteira Regulatória

O capital é calculado pelo modelo VaR Delta-Normal com base na Carteira Regulatória, composta pela Carteira *Trading* e as exposições Cambial e de *Commodities* da Carteira *Banking*. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opção adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório⁽¹⁾ (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxa de juros	52.273	76.134	22.441	79.660
Taxa de câmbio	12.168	13.788	12.780	7.654
Preço de mercadoria (<i>Commodities</i>)	3.662	5.834	1.188	1.385
Preço de ações	4.966	5.222	6.334	4.904
Efeito correlação/diversificação	16.742	(22.729)	12.569	(8.333)
VaR no final do ano	89.811	78.249	55.312	85.270
VaR médio no ano	74.677	104.511	66.143	121.567
VaR mínimo no ano	32.861	50.479	26.739	54.047
VaR máximo no ano	126.982	192.245	156.329	287.868

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares nº 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e seu multiplicador.

VaR Modelo Interno – *Backtesting*

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

Os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis, superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% duas vezes na visão hipotética e quatro vezes na visão e efetiva, em junho/24. Em março/2024 os resultados diários

⁽¹⁾ É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period*) da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

correspondentes aos últimos 250 dias úteis superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% nenhuma vez na visão hipotética e uma vez na visão efetiva.

De acordo com o documento publicado pelo *Basel Committee on Banking Supervision*⁽²⁾, os rompimentos seriam classificados como “Má-sorte ou os mercados se moveram de forma não prevista pelo modelo”, ou seja, a volatilidade foi, significativamente, maior do que o esperado e/ou as correlações foram diferentes daquelas assumidas pelo modelo.

Análise de Estresse – Carteira *Trading*

A Organização avalia, também, diariamente, os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais.

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
No final do ano	283.644	148.016
Médio do ano	271.851	191.400
Mínimo do ano	123.848	94.289
Máximo do ano	482.626	318.578

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

⁽²⁾ O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia é uma organização que congrega autoridades de supervisão bancária, visando a fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> (1)					
		Em 30 de junho de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(451)	(122.078)	(236.952)	(25)	(14.760)	(27.497)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(554)	(71.636)	(141.486)	(3.861)	(130.968)	(266.123)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(8)	(1.345)	(2.658)	(18)	(2.783)	(5.489)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	3.036	75.905	151.810	1.507	37.669	75.338
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	165	4.133	8.266	1.188	29.696	59.392
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(341)	(39.264)	(76.715)	128	8.831	15.365
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(18)	(451)	(901)	(94)	(2.341)	(4.683)
Total sem correlação dos fatores de risco		1.829	(154.736)	(298.636)	(1.175)	(74.656)	(153.697)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 273 bps e 533 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2024 (Dez/2023 - os valores foram de aproximadamente 245 bps e 480 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos também, abaixo, a Análise de sensibilidade das Carteiras *Trading* e *Banking*.

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)					
		Em 30 de junho de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(7.173)	(2.295.351)	(4.650.783)	(2.113)	(845.801)	(1.949.962)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(15.348)	(2.393.020)	(4.288.789)	(20.461)	(2.347.022)	(4.307.241)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(338)	(59.847)	(121.006)	(985)	(112.436)	(216.387)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.108)	(27.702)	(55.405)	(2.212)	(55.293)	(110.585)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(24.575)	(614.373)	(1.228.746)	(43.432)	(1.085.794)	(2.171.588)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	532	82.932	143.477	(1.172)	(117.366)	(229.078)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	22	553	1.106	(41)	(1.016)	(2.031)
Total sem correlação dos fatores de risco		(47.988)	(5.306.808)	(10.200.146)	(70.416)	(4.564.728)	(8.986.872)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 245 bps e 543 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2024 (Dez/2023 - os valores foram de aproximadamente 269 bps e 548 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

40.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no framework de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte); e
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação; e
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta

forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre os departamentos quanto entre as diversas camadas da governança interna é feita por meio de relatórios internos e comitês envolvendo as duas áreas (Tesouraria e DCIR) e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática intraday dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte; e
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros e contratos de seguros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos e contratos de seguros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 30 de junho de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Recursos de instituições financeiras	267.064.082	33.094.561	27.292.862	18.755.915	2.833.924	349.041.344	320.410.105
Recursos de clientes	187.395.511	21.401.672	106.741.641	272.738.442	633.819	588.911.085	632.337.290
Recursos de emissão de títulos	1.124.173	6.664.105	57.625.856	165.900.136	9.492.426	240.806.696	237.331.491
Dívidas subordinadas	34.681	1.479	1.481.143	16.243.313	73.599.776	91.360.392	84.376.010
Passivos de contratos de seguros	690.202.772	12.231.801	8.243.074	29.210.046	105.275.468	845.163.161	704.038.858
Outros passivos financeiros (1)	62.624.770	22.873.382	6.954.069	6.094.120	1.614.539	100.160.880	82.619.532
Total do passivo em 30 de junho de 2024	1.208.445.989	96.267.000	208.338.645	508.941.972	193.449.952	2.215.443.558	
Total do passivo em 31 de dezembro de 2023	1.011.337.350	97.354.025	184.649.748	547.162.896	220.609.267		2.061.113.286

(1) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* e planos de capitalização.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- Derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- Derivativos de taxas de juros - swaps de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 30 de junho de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	50.151	62.526	1.087.656	134.556	5.242.679	6.577.568	3.101.273
Termo de moedas/outros	7.996.164	199.314	426.203	153.960	-	8.775.641	3.987.714
• Obrigações por compra a termo	3.720.287	10.229	22.600	15.082	-	3.768.198	1.109.371
• Obrigações por venda a termo	4.275.877	189.085	403.603	138.878	-	5.007.443	2.878.343
Prêmio de opções lançadas	352.867	83.802	2.175.672	376.256	246.769	3.235.366	2.236.620
Outros	826.323	196.245	404.102	131.516	-	1.558.186	1.413.851
Total de derivativos passivos em 30 de junho de 2024	9.225.505	541.887	4.093.633	796.288	5.489.448	20.146.761	
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2023	5.506.835	862.607	1.745.089	1.434.610	1.190.317		10.739.458

Balço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros e passivos de contratos de seguros da Organização, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das Demonstrações Financeiras:

								R\$ mil	
	Circulante			Não circulante			Total em 30 de junho de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado			
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos	148.386.704	-	-	-	-	-	148.386.704	151.053.972	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	353.543.772	3.035.609	2.417.094	8.436.227	4.093.962	-	371.526.664	387.598.377	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12.349.921	11.758.521	43.909.594	98.150.349	64.992.228	-	231.160.613	212.849.606	
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	83.910.028	137.422.643	87.652.562	226.122.261	79.285.965	-	614.393.459	579.501.819	
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	191.024.155	17.162.138	2.051.435	3.097.698	-	-	213.335.426	205.102.659	
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	4.749.505	8.954.827	38.377.925	73.831.957	45.942.761	-	171.856.975	175.207.077	
Outros ativos financeiros (1)	67.474.474	509.605	3.914.024	7.385.399	2.741.441	-	82.024.943	56.958.860	
Total dos ativos financeiros em 30 de junho de 2024	861.438.559	178.843.343	178.322.634	417.023.891	197.056.357	-	1.832.684.784		
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	829.873.144	177.115.114	119.754.483	446.666.021	194.863.608	-		1.768.272.370	
Passivo									
Recursos de instituições financeiras	296.239.143	23.730.073	17.307.811	16.163.916	1.964.824	-	355.405.767	323.422.783	
Recursos de clientes (2)	209.753.489	49.613.647	77.514.211	279.087.183	185.915	-	616.154.445	621.934.680	
Recursos de emissão de títulos	2.204.840	22.367.305	56.528.496	163.356.731	9.798.572	-	254.255.944	244.966.258	
Dívidas subordinadas	34.574	4.675	1.380.678	13.633.050	21.715.102	14.483.213	51.251.292	50.337.854	
Outros passivos financeiros (3)	62.624.770	22.873.382	6.954.069	6.094.120	1.614.539	-	100.160.880	82.619.532	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.169.315	2.322.367	3.396.103	9.489.953	2.744.601	-	21.122.339	15.542.220	
Provisão para Perda Esperada									
Compromissos de Empréstimos	-	-	-	2.352.783	-	-	2.352.783	2.274.316	
Garantias Financeiras	193.926	-	-	1.084.791	-	-	1.278.717	1.202.614	
Passivos de contratos de seguros	291.401.970	12.023.169	7.905.319	24.269.624	25.602.330	-	361.202.412	344.792.222	
Total dos passivos financeiros em 30 de junho de 2024	865.622.027	132.934.618	170.986.687	515.532.151	63.625.883	14.483.213	1.763.184.579		
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	549.101.588	133.303.860	154.358.801	625.925.479	209.680.003	14.722.748		1.687.092.479	

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e os passivos de contratos de seguros, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL" estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* financeiro e planos de capitalização.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das Demonstrações Financeiras:

	R\$ mil			
	Circulante	Não circulante	Total em 30 de junho de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Ativo				
Total dos ativos financeiros	1.218.604.536	614.080.248	1.832.684.784	1.768.272.370
Ativos não correntes mantidos para venda	3.468.665	-	3.468.665	1.328.530
Investimentos em coligadas	-	10.465.407	10.465.407	9.616.840
Imobilizado de uso	-	11.125.665	11.125.665	11.118.009
Ativos intangíveis e ágio	-	22.613.202	22.613.202	22.107.146
Impostos a compensar	3.985.052	7.985.457	11.970.509	12.964.018
Impostos diferidos	20.762.446	77.162.879	97.925.325	92.518.924
Outros ativos	10.555.977	3.040.856	13.596.833	9.597.412
Total dos ativos não financeiros	38.772.140	132.393.466	171.165.606	159.250.879
Total do ativo em 30 de junho de 2024	1.257.376.676	746.473.714	2.003.850.390	
Total do ativo em 31 de dezembro de 2023	1.153.654.161	773.869.088		1.927.523.249
Passivo				
Total dos passivos financeiros	1.169.543.332	593.641.247	1.763.184.579	1.687.092.479
Outras provisões	4.202.655	16.614.678	20.817.333	22.337.844
Impostos correntes	1.798.327	-	1.798.327	1.546.656
Impostos diferidos	269.643	566.795	836.438	1.607.527
Outros passivos	49.865.433	2.197.074	52.062.507	47.924.619
Total dos passivos não financeiros	56.136.058	19.378.547	75.514.605	73.416.646
Total do patrimônio líquido	-	165.151.206	165.151.206	167.014.124
Total do passivo e patrimônio líquido em 30 de junho de 2024	1.225.679.390	778.171.000	2.003.850.390	
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023	1.137.312.761	790.210.488		1.927.523.249

40.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis

no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 21%.

A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	314.583.714	35.822.200	904.582	351.310.496
Títulos públicos brasileiros	273.476.567	-	-	273.476.567
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	26.684.528	8.811.338	904.582	36.400.448
Títulos emitidos por instituições financeiras	3.311.330	27.010.862	-	30.322.192
Aplicações em cotas de fundos	10.021.846	-	-	10.021.846
Títulos públicos de governos estrangeiros	571.996	-	-	571.996
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	517.447	-	-	517.447
Derivativos	(3.693.930)	3.169.103	(381.344)	(906.171)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	9.225.009	10.783.846	207.313	20.216.168
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(12.918.939)	(7.614.743)	(588.657)	(21.122.339)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	224.576.118	5.098.222	1.486.273	231.160.613
Títulos públicos brasileiros	197.969.571	-	14.157	197.983.728
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.775.573	719.780	-	2.495.353
Títulos emitidos por instituições financeiras	952.883	4.378.442	261.651	5.592.976
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	7.884.881	-	-	7.884.881
Títulos públicos de governos estrangeiros	7.174.838	-	-	7.174.838
Aplicações em cotas de fundos	5.248.644	-	-	5.248.644
Ações de companhias abertas e outras ações	3.569.728	-	1.210.465	4.780.193
Total	535.465.902	44.089.525	2.009.511	581.564.938

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	315.355.048	56.028.649	801.331	372.185.028
Títulos públicos brasileiros	277.460.786	5.125.479	1	282.586.266
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	25.063.901	10.392.525	801.330	36.257.756
Títulos emitidos por instituições financeiras	3.334.171	40.510.645	-	43.844.816
Aplicações em cotas de fundos	9.323.075	-	-	9.323.075
Títulos públicos de governos estrangeiros	118.948	-	-	118.948
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	54.167	-	-	54.167
Derivativos	(1.840.440)	2.087.979	(376.410)	(128.871)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	3.939.198	11.321.165	152.986	15.413.349
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(5.779.638)	(9.233.186)	(529.396)	(15.542.220)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	206.067.520	5.218.058	1.564.028	212.849.606
Títulos públicos brasileiros	183.192.342	-	16.606	183.208.948
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.138.187	231.779	-	1.369.966
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.087.286	4.986.279	307.793	6.381.358
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	6.670.043	-	-	6.670.043
Títulos públicos de governos estrangeiros	7.404.755	-	-	7.404.755
Aplicações em cotas de fundos	2.282.963	-	-	2.282.963
Ações de companhias abertas e outras ações	4.291.944	-	1.239.629	5.531.573
Total	519.582.128	63.334.686	1.988.949	584.905.763

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de

volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na B3 e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para swaps de moeda e swaps com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como swaps. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o Black-Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 31 de dezembro de 2022	700.473	1.419.682	109.856	(644.689)	1.585.322
Incluído no resultado	88.270	11.272	-	-	99.542
Incluído em outros resultados abrangentes	-	100.644	-	-	100.644
Entradas	16.652	-	22.656	-	39.308
Baixas	(36.614)	(39.589)	-	124.894	48.691
Em 30 de junho de 2023	768.781	1.492.009	132.512	(519.795)	1.873.507
Em 31 de dezembro de 2023	801.331	1.564.028	152.986	(529.396)	1.988.949
Incluído no resultado	107.977	17.238	-	-	125.215
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(43.929)	-	-	(43.929)
Entradas	12.614	9.340	54.327	(59.261)	17.020
Baixas	(17.340)	(45.121)	-	-	(62.461)
Transferência entre níveis (1)	-	(15.283)	-	-	(15.283)
Em 30 de junho de 2024	904.582	1.486.273	207.313	(588.657)	2.009.511

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3:

	R\$ mil		
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Resultado líquido de juros	12.312	26.923	39.235
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	105.673	197.493	303.166
Total em 31 de dezembro de 2023	117.985	224.416	342.401
Resultado líquido de juros	4.206	17.238	21.444
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	103.771	(43.929)	59.842
Total em 30 de junho de 2024	107.977	(26.691)	81.286

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2024					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	(85)	(166)	(2)	(417)	(802)
Índices de preços	-	-	-	(106)	(15.031)	(27.885)
Cupom cambial	-	-	-	(3)	(410)	(804)
Moeda estrangeira	-	-	-	150	3.741	7.482
Renda variável	4.610	115.239	230.478	6.700	167.508	335.015

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2023					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	-	-	(3)	(622)	(1.181)
Índices de preços	-	-	-	(106)	(13.739)	(25.648)
Cupom cambial	-	-	-	(2)	(308)	(603)
Moeda estrangeira	-	-	-	106	2.656	5.312
Renda variável	3.966	99.152	198.303	6.695	167.386	334.772

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2024				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	213.371.494	-	213.371.494	213.335.426
· a clientes	-	-	659.190.038	659.190.038	659.629.814
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	62.005.461	98.907.155	8.936.603	169.849.219	176.751.623
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	365.621.596	365.621.596	355.405.767
Recursos de clientes	-	-	616.934.777	616.934.777	616.154.445
Recursos de emissão de títulos	-	-	256.309.438	256.309.438	254.255.944
Dívidas subordinadas	-	-	53.192.133	53.192.133	51.251.292

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2023				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	205.228.671	-	205.228.671	205.102.659
· a clientes	-	-	625.991.386	625.991.386	629.686.699
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	64.639.588	104.956.610	8.999.978	178.596.176	180.352.343
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	332.089.303	332.089.303	323.422.783
Recursos de clientes	-	-	599.473.510	599.473.510	621.934.680
Recursos de emissão de títulos	-	-	226.021.936	226.021.936	244.966.258
Dívidas subordinadas	-	-	52.423.119	52.423.119	50.337.854

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras: Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

Empréstimos e adiantamentos a clientes: O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de

juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado: Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado. Veja Nota 9 para detalhes do custo amortizado.

Recursos de instituições financeiras e de clientes: O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos e Dívidas subordinadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

40.6. Risco de seguro/subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros, visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato. O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da inicialmente prevista.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e

persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate. Por outro lado, taxas de persistências elevadas para produtos deficitários podem elevar as perdas futuras desses produtos;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Principais riscos associados ao seguro saúde

Os riscos associados aos seguros saúde incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas de suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência, e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens, seguros de vida e previdência e seguros saúde

A Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Privacidade e Gestão de Dados monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros, e a constituição de provisões técnicas desses riscos são realizados por cada Superintendência Técnica. As Superintendências Técnicas desenvolveram mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em

relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Para os seguros de vida e previdência e o seguro saúde, o risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota, para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. Especificamente, para os seguros de vida e previdência, os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos no âmbito do negócio por ramo de atuação. O quadro abaixo mostra, a concentração de riscos baseada nos valores de passivos de seguros:

Passivos de seguros	R\$ mil					
	Em 30 de junho					
	2024			2023		
	Bruto	Resseguro	Líquido	Bruto	Resseguro	Líquido
Vida	22.956.820	42.056	22.914.764	22.601.276	34.859	22.566.417
Previdência	318.741.450	-	318.741.450	311.888.001	-	311.888.001
Não vida	3.501.328	29.429	3.471.899	3.313.460	7.852	3.305.608
Saúde	15.736.459	-	15.736.459	14.058.680	-	14.058.680

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar impactos, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às operações da Companhia que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Companhia. O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco;

- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade;
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade; e
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Taxa de Juros - Variação de +5% (*)	Em 30 de junho de 2024 (**)
Previdência	(274.844)
(*) Para melhor refletir o risco da taxa de juros, foi sensibilizada a rentabilidade projetada dos saldos e não foi sensibilizada a taxa <i>bottom-up</i> , utilizada para descontar os fluxos.	
Conversão em Renda - Variação de + 5%	Em 30 de junho de 2024 (**)
Previdência	(41.392)
Longevidade (<i>Improvement</i>) - Variação de +0,2%	Em 30 de junho de 2024 (**)
Previdência	(150.877)

(**) O resseguro não está sujeito à aplicação do choque, pois trata-se de contrato não proporcional e imaterial.

Para os seguros não vida, vida exceto vida individual, e saúde incluindo odontológico, o quadro abaixo apresenta o resultado do impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia caso houvesse variação na sinistralidade:

Sensibilidade - Variação de 1%	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 30 de junho de 2024	Em 30 de junho de 2023	Em 30 de junho de 2024	Em 30 de junho de 2023
Não Vida	(27.729)	(26.463)	(27.598)	(26.361)
Vida	(17.590)	(16.879)	(17.506)	(16.766)
Saúde	(108.808)	(96.795)	(108.808)	(96.795)

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve, também, ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam

através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia e suas controladas, bem como a desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. O gerenciamento de risco de crédito referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como AM Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa, mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos

do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Exposição ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controles Internos para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

40.7. Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional é realizado de maneira corporativa e envolve diversas áreas com atribuições específicas para garantir uma estrutura eficiente, que permita avaliar adequadamente os riscos e apoie os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão.

O processo compreende etapas como identificação, avaliação e monitoramento contínuo dos riscos operacionais inerentes às atividades da Organização, incluindo novos produtos, serviços e parceiros visando a sua adequação à legislação e aos procedimentos e controles, bem como do ambiente regulatório, cujo resultado e seus principais aspectos são reportados periodicamente à Alta Administração e ao regulador.

Estes procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, sendo certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de forma a atender os limites de apetite a riscos estabelecidos pela Organização.

41) PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e Ágora Corretora de Seguros S.A. patrocinam planos de previdência complementar nas modalidades de contribuição variável e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases, aos funcionários oriundos do Baneb.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, por meio do Multibra Fundo de Pensão, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A..

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria dos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como o Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas totais com contribuições efetuadas, no semestre findo em 30 de junho de 2024, foram de R\$ 573.423 mil (2023 – R\$ 605.116 mil).

42) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 16 de novembro de 2022 foi promulgada a Lei nº 14.467, conversão na íntegra da MP nº 1.128/22, que estabelece novas regras de dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, onde destacamos as regras: i) aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias); e ii) as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de um trinta e seis avos para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025.
- b) Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo, que visa simplificar, modernizar o sistema tributário e impulsionar a economia do país eliminando a complexidade do atual sistema tributário. A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que substituirá as contribuições do PIS e da Cofins, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substituindo o ISS e o ICMS. Os novos tributos trazem a não cumulatividade ampla e terão legislação única e uniforme em todo território nacional. Para implementação da Reforma Tributária haverá uma fase de transição, que vai durar de 2026 a 2032. Em 24/04/2024, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o primeiro projeto de lei complementar que trata da regulamentação da Reforma Tributária. O Banco vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda outras regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes desta Emenda Constitucional.
- c) Em 5 de fevereiro de 2024, foi comunicado ao mercado que o Bradesco e a BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo” e, em conjunto com o Bradesco, os “Acionistas Controladores”), encaminharam comunicado à Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), informando a respeito de sua decisão de proceder à conversão do registro de companhia aberta da Companhia de categoria “A” para “B”, com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de

aquisição de ações ordinárias para conversão de registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída de segmento especial de listagem, de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Companhia ("OPA").

Em 5 de julho de 2024, a CVM deferiu o registro da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado ("OPA").

Em 10 de julho de 2024, foram disponibilizados pela Companhia o Edital e Laudo de Avaliação da oferta pública, cujo leilão será realizado em 14 de agosto de 2024, às 15h. A OPA terá por objeto 902.247.285 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço à vista de R\$ 5,60 por ação, sujeito aos ajustes de preço pelo CDI previstos no Edital.

d) Eventos subsequentes

Em julho de 2024, houve eventos envolvendo alguns clientes do segmento de atacado, que embora ainda estejam em finalização de determinados aspectos operacionais, deverão ensejar reestruturação de ativos, alguns já baixados para prejuízo e outros em carteira, os quais a administração, com base nas informações disponíveis até o momento, avaliou e entende que não gerarão efeitos líquidos relevantes nas demonstrações financeiras futuras.

Data-Base 1.8.2024

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Milton Matsumoto
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior

Membros Independentes

Samuel Monteiro dos Santos Junior
Walter Luis Bernardes Albertoni
Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina

Diretoria

Diretor-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes

Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretores Executivos

João Carlos Gomes da Silva
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Edilson Dias dos Reis
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luis Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiberg
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
* Silvana Rosa Machado
* Túlio Xavier de Oliveira

Diretores

Ademir Aparecido Correa Junior
Affonso Correa Taciro Junior
Aires Donizete Coelho
Alessandro Zampieri
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Alexandre Panico
André Costa Carvalho
André David Marques
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Antonio Daissuke Tokuriki
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Carlos Henrique Villela Pedras
Carlos Leibowicz
Carlos Wagner Firetti
Clayton Neves Xavier
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Curt Cortese Zimmermann
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luis Damasceno
Fábio Suzigan Dragone
Fernando Antônio Tenório
Fernando Honorato Barbosa
Francisco Armando Aranda
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Gomes Fernandes
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
* Júlio César de Almeida Guedes
Layette Lamartine Azevedo Junior
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite
Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biotchini
Manoel Guedes de Araujo Neto
Marcelo Sarno Pasquini
Marcos Daniel Boll
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nathalia Lobo Garcia Miranda

Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Roberto Medeiros Paula
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
* Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vasco Azevedo
Vinicius Panaro

Diretores Regionais

Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
André Vital Simoni Wanderley
César Cabús Berenguer Silvano
Deborah D'Ávila Pereira Campani Santana
Delvaír Fidêncio de Lima
Edmir José Domingues
Hebercley Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
Paulo Ricardo Satyro Bianchini

Comitê de Remuneração

Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Fabio Augusto Iwasaki (membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Milton Matsumoto - Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Silvana Rosa Machado
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Affonso Correa Taciro Junior

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas - Coordenador
Milton Matsumoto
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Paulo Roberto Simões da Cunha
Octavio de Lazari Junior

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi - Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Milton Matsumoto
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Milton Matsumoto - Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Moacir Nachbar Junior
Bruno D'Ávila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Marcelo Sarno Pasquini

Comitê Estratégico

Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
Maurício Machado de Minas

Samuel Monteiro dos Santos Junior
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Vinicius Urias Favarão

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

André Costa Carvalho - Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinicius Panaro

Conselho Fiscal

Membros Efetivos

José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Vicente Carmo Santo
Mônica Pires da Silva
Ava Cohn

Membros Suplentes

Frederico William Wolf
Artur Padula Omuro
Luiz Eduardo Nobre Borges
Ludmila de Melo Souza
José Luis Elias

Ouvidoria

Marcos Daniel Boll - Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Vinicius Panaro
Contador – CRC ISP324844/O-6

*** eleição pendente de homologação pelo BACEN. Consequentemente, não tomaram posse dos cargos**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado condensado em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Avaliação das provisões de perdas esperadas de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 4, 8d, 9, 10, 11, 23, 24, 38 e 40.2 às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, o Bradesco possuía em 30 de junho de 2024, o montante de R\$ 53.919.755 mil de provisão de perdas esperadas (PE) relacionadas aos contratos de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado. O Bradesco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (SICR – *Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram descumprimento de obrigações contratuais da contraparte (*default*), e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos. O Bradesco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Bradesco separa a carteira de contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de descumprimento (*PD - Probability of Default*), a perda dado o descumprimento (*LGD – Loss Given Default*) e a exposição ao descumprimento (*EAD – Exposure at Default*), bem como estimativas do impacto das projeções das condições econômicas futuras.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs; (ii) os cenários macroeconômicos futuros; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e exposições em descumprimento com redução ao valor recuperável (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE; (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; e (iii) a validação dos modelos utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Bradesco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos e com base nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Bradesco utilizando a metodologia definida e os dados históricos do Bradesco; (iii) na avaliação da segmentação dos grupos homogêneos de risco de crédito para a mensuração da PD através da correlação dos dados históricos das carteiras; e (iv) na avaliação da relevância das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros através da análise de regressão e correlação histórica com esses indicadores; e



- Comparamos os índices projetados pelo Bradesco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Bradesco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo as garantias. Para uma amostra, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros nos estágios 2 e 3.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes – Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 22 às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 7.175.321 mil e R\$ 8.250.279 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2024.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes à produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e para outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários e cíveis como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos fiscais e cíveis. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Bradesco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Bradesco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão e outros processos similares, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e



- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Bradesco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 37c às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, o Bradesco possuía em 30 de junho de 2024 o montante de R\$ 105.299.950 mil de ativos relativos a créditos tributários. O Bradesco reconhece esses ativos fiscais diferidos considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização.

A estimativa de lucros tributáveis futuros do Bradesco é baseada nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Bradesco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes exigiram julgamento subjetivo do auditor devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros;
- Envolvemos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação da razoabilidade das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Bradesco de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade do Bradesco para projetar os lucros tributáveis. Comparamos os lucros tributáveis estimados para o semestre encerrado em 30 de junho de 2024 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais para o primeiro semestre de 2024; e
- Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Mensuração de determinados passivos de contratos de seguros de acordo com o modelo geral de mensuração e abordagem de taxa variável

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e 21 às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, o Bradesco possui passivos de contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA) no montante de R\$ 342.814.346 mil em 30 de junho de 2024.

Esses passivos de seguros são mensurados pela soma dos fluxos de caixa esperados no cumprimento contratual e, quando aplicável, da margem de serviço contratual. Os fluxos de caixa de cumprimento contratual compreendem uma estimativa dos fluxos caixa esperados que surgem dentro dos limites dos contratos de seguros, incluindo para o pagamento de sinistros e benefícios, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e um ajuste de risco explícito relacionado ao risco não financeiro. Passivos de seguros são o resultado de um conjunto complexo de modelos. A estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento contratual requer uso de premissas determinadas com base em modelos e metodologias atuariais, incluindo aquelas relacionadas a taxas de conversão em renda para contratos de anuidade, longevidade, sinistralidade, taxas de desconto e ajustes ao risco não financeiro.

Identificamos a avaliação da mensuração dos passivos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA) como assunto significativo de auditoria. Foi requerido julgamento complexo do auditor para avaliar a mensuração desses passivos de seguros considerando que envolvem incertezas de mensuração significativas como resultado da complexidade dos modelos e metodologias atuariais, especificamente aquelas utilizadas para determinar as taxas de conversão em renda para contratos de anuidade, longevidade, sinistralidade, taxas de desconto e ajustes ao risco não financeiro. Mudanças menores nessas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos de seguros. Adicionalmente, o esforço de auditoria associado com a avaliação da mensuração desses passivos de seguros requereu o envolvimento de profissionais atuariais com habilidades e conhecimento especializados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

A seguir estão os principais procedimentos que realizamos para avaliar esse assunto significativo de auditoria.

Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração de passivos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA). Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação de modelos e metodologias para determinação das taxas de desconto, ajustes ao risco não financeiro, taxas de conversão em renda para contratos de anuidades, longevidade e sinistralidade.

Envolvemos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:

- (i) na avaliação das metodologias utilizadas na mensuração de passivos de seguros para conformidade com o IFRS emitido pelo IASB;



- (ii) na avaliação conceitual dos modelos e técnicas de modelagem, incluindo aqueles usados para determinar as taxas de conversão em renda para contratos de anuidade, longevidade, sinistralidade e ajustes ao risco não financeiro, ao inspecionar as documentações do modelo, para determinar se os modelos estão adequados para o uso pretendido;
- (iii) nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas ao ajustes ao risco não financeiro e sinistralidade, ao utilizar modelos desenvolvidos de forma independente e informações históricas do Bradesco, para estimar essas premissas e comparar estas com as premissas do Bradesco;
- (iv) na avaliação da precisão dos modelos do Bradesco para estimar taxas de desconto, longevidade e taxa de conversão em renda; e
- (v) na avaliação da razoabilidade das premissas relacionadas a taxas de desconto, longevidade e taxa de conversão em renda ao comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração de determinados passivos de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração e abordagem de taxa variável, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas do semestre corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao Semestre Social findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – NIRF (*International Financial Reporting Standards – IFRS*)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. do Semestre Social findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emitido em 1º de agosto de 2024, analisamos também o conjunto completo das Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - NIRF (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pelos auditores independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de *Compliance*.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem o conglomerado financeiro Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com observância aos requisitos estabelecidos nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitir relatório sobre a apresentação adequada de tais demonstrações financeiras consolidadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as IFRS aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna (nomenclatura atual Departamento de Auditoria Interna Global) aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete avaliar a qualidade e a efetividade das auditorias Interna e Independente e a adequação dos sistemas de controles internos, bem como analisar o conjunto das demonstrações financeiras, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração, a aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, relativas ao Semestre Social findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (NIRF).

Cidade de Deus, Osasco, SP, 1º de agosto de 2024

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco S.A., referentes ao primeiro semestre de 2024, e, à vista (i) das reuniões realizadas com a KPMG Auditores Independentes e de seus relatórios; (ii) da reunião realizada com o Comitê de Auditoria e de seu relatório; e (iii) das reuniões periódicas realizadas com áreas gestoras e administradores, emitem a opinião de que as citadas peças refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Sociedade.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 1º de agosto de 2024

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Vicente Carmo Santo

Mônica Pires da Silva

Ava Cohn

Para mais informações, favor contatar:

André Carvalho

Diretor de Relações com Investidores

Tel.: (11) 2194-0922

investidores@bradesco.com.br

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º andar

Osasco-SP

Brasil

banco.bradesco/ri





bradesco